

Ais

Sessão ordinária 17-12-2018

Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 17 de dezembro de 2018

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de se dar inicio à sessão, tomou posse o membro Nelson Almeida em virtude do membro João Paulo Tavares ter renunciado ao cargo de membro eleito desta assembleia. Tomaram, igualmente, posse por um dia, os membros Ana Miroto, Teresa Albuquerque e João Dias, em substituição dos membros: Cristiana Ferreira, Jorge Henriques e António José Figueiredo.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa três credenciais da senhora presidente da junta de freguesia de Canas de Santa Maria, do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, do senhor presidente da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por João Carlos Figueiredo, Firmino dos Santos e Carlos Gonçalves, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, cerca das nove horas, constatou-se a falta dos seguintes membros: José Hélder e Ventura Gonçalves.

Justificou a falta o membro Ventura Gonçalves, tendo sido considerada iustificada.

O membro José Hélder não justificou a sua ausência, pelo que a falta é considerada injustificada.

- 1-Período de antes da Ordem do Dia
- 1.1Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro



Aus An

Sessão ordinária 17-12-2018

Não havendo intervenções, foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 28 de setembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, pelos presentes na sessão de setembro.

1.2Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 30 de outubro

Não tendo havido intervenções, a ata da reunião extraordinária de 30 de outubro foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, pelos presentes na sessão de outubro.

1.3. Leitura de expediente

Foram presentes: o relatório de atividades e financeiro enviado pela Câmara Municipal; moção enviada pela União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo sobre a reposição das freguesias; moção de protesto, aprovada pela Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, sobre o serviço ferroviário na linha da Beira Alta; moção aprovada pela Assembleia Municipal de Viseu, sobre a rápida construção do serviço de radioterapia no Hospital S. Teotónio; oficio do Gabinete do senhor Primeiro-ministro a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal de Tondela, sobre a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem; oficio do Grupo Parlamentar do CDS a acusar a receção de oficio enviado; email da Revista das Assembleias Municipais; envio da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, sobre a constituição da Associação Nacional de Assembleias Municipais; Emails com envio de pareceres solicitados pela Associação Nacional de Assembleias Municipais; envio de cartaz "Prevenção e Combate à violência contra as mulheres e violência doméstica"; email do Grupo Parlamentar do PSD sobre carta enviada ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre "para quando a ligação da A12 ao Ip3 e qual o cronograma para as obras do IP3"; emails enviados pelos "Verdes"; oficio do IGF a comunicar auditoria à Câmara Municipal; jornais: "Voz das Misericórdias" e "Associações".



Chul R Air

Sessão ordinária 17-12-2018



1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciado o ponto, foi dada a palavra aos eleitos do CDS, que declinaram o convite.

De seguida, foi a vez do PSD, iniciar as intervenções, com o membro João Carlos Figueiredo, anexo 1.

Seguidamente, interveio o membro Guilherme Duarte, transcrevendo-se a sua intervenção:

"Cumprimentos,

Portugal hoje atravessa uma fase diferente da que realmente atravessou à cerca de 3/4 anos atrás.

Diferente pela popularucha narrativa do governo, diferente pela falta de politicas do governo transversais ao interesse nacional, diferente pela falta de reformas estruturais a pensar no futuro do país, e o mais preocupante é a diferença que existe em relação à contestação social de agora.

Hoje o país atingiu o numero de greves mais elevado de sempre, nunca se viveu tão grande contestação social como hoje se vive, é um facto.

Algo não está bem, e não somos só nos que o dizemos, os médicos, os enfermeiros, os estivadores, os oficiais de justiça, os professores, os guardas prisionais, bem se formos a ver é uma grande fatia da classe trabalhadora do nosso pais, a outra fatia que incluiu classe trabalhadora e desempregados, está controlada para o Partido Socialista, controlada pela politica popularucha e eleitoralista que o governo tem vindo a implementar nos grandes núcleos urbanos, como foi o exemplo da redução do valor dos passes sociais em Lisboa e Porto, que somos nós do interior que suportamos com os nossos impostos.

Virou-se o feitiço contra o feiticeiro, a narrativa de que a austeridade acabou e que o país agora pode mais, apesar da dividida publica ter batido recordes, fixando-se nos 250 mil milhões de euros, só vem promover ainda mais as greves e que governo fica de mãos



RAS

Sessão ordinária 17-12-2018

atadas, porque não consegue dar resposta a todas estas manifestações e, por ser seu hábito, faz como tem feito, assobiando para o lado e não cumprindo com o prometido.

Já nem vale a pena falar sobre as posições do PCP e do BE que hoje só andam ao sabor do vento, leia-se ao sabor do poder, que até chegam ao ponto de ir contra os seus valores e princípios ideológicos.

Mas, e se me permitem, com o respeito e consideração que tenho pelos deputados do PS aqui presentes, gostava de lhes colocar algumas questões, atendendo sempre à ideologia que nos diferencia.

Admitem que haja diferenças salariais entre privado e publico?

Admitem a falta de investimento publico, levando à degradação constante de hospitais, escolas, tribunais, entre outros serviços de interesse da comunidade?

Admitem, hoje que se são os primeiros a defenderem que o país está melhor, não haver uma única reforma estrutural para o país, nomeadamente a pensar nas gerações futuras?

Admitem que o país viva a maior contestação social de sempre?

Bem, deixemo-nos de uma vez por todas de andar a brincar ao Poder, apesar de o atual governo em funções não ter sido o escolhido pelos portugueses, não têm o direito de andar a brincar com aqueles que pagam os seus impostos que apenas querem nada mais do que justiça social, bons serviços de saúde, justiça a funcionar e boas condições nos estabelecimentos de ensino.

Não pedimos nada de mais, apenas pedimos que o mínimo seja feito, porque já dizia Francisco Sá Carneiro, e esta aprendi há alguns anos na Universidade do Verão do PSD, que o" Estado deve estar ao serviço das pessoas e não as pessoas ao serviço do estado".

O membro Regime Coimbra continuou, com a intervenção que se transcreve:

"Bom Dia



Sessão ordinária 17-12-2018

Slew S

Sr. Presidente da Assembleia, restantes elementos da mesa

Membros da Assembleia Municipal, Srs Vereadores Presidentes de Junta, comunicação Social e aos demais presentes.

Em assembleias anteriores vim aqui manifestar uma série de preocupações sobre a Saúde em Portugal e em particular no nosso distrito de Viseu.

E as minhas preocupações de então incidiam em particular sobre os utentes, doentes, funcionários, nomeadamente, os enfermeiros e colaboradores do Centro Hospitalar Tondela Viseu e das suas condições atuais, no serviço público prestado à comunidade.

Falamos de um Centro que serve o distrito e a região e cuja administração e gestão central e local já teve dias melhores. E não são constatações minhas, mas da comunicação social e opinião pública em geral. Eles são greves de enfermeiros, de técnicos, atrasos de pagamentos, demissões em bloco e tantas outras confusões, ações e omissões, que até custa a crer.

Mas depois lá se demite alguém, para criar a ilusão de que agora é que é, mas ... vira-se o disco e lá passa a mesma música ... "Tá tudo bém..."

E questionamo-nos até a nós próprios: "Isto não deve ser só em Viseu, não???!!!!!"

Mas basta uma simples pesquisa nas "gordas "dos mais lidos e lá aparecem outros tantos exemples nacionais... Gaia! Aveiro! Entre outros.

E podemo-nos conformar??? Não, é inadmissível. REITERO: É a nossa saúde. A saúde dos nossos.

E há que voltar a colocar as mesmas perguntas. Para quando o Centro Oncológico de Viseu / Unidade de Radioterapia?



Claus

Sessão ordinária 17-12-2018

do de

Em 2017 o Sr Secretário de Estado da Saúde dizia que o concurso estava lançado e estaria em funcionamento no início de 2019. Já falámos até com pormenor e bem explicitado tecnicamente as intenções (tão boas) do que o mesmo seria e quanto custaria...

E então pergunto de novo. O que é que está a ser feito?

E a Unidade de Queimados, tão anunciado pelo Conselho de Administração atual?

E as obras na Urgencia hospitalar?

E as listas para 1ªs consultas e cirurgias? Há ou não roturas?

Foram declarações no início do ano, em jornais, do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, que falava de roturas de serviços e esperas longas em Dermatologia, Urologia, Radiologia, Cardiologia, Oncologia e Oncologia Pneumológica, com graves problemas de funcionamento. E isto sem o horário das 35 horas estar em execução.

Estamos em dezembro, no final doa ano e o problema está resolvido? O que se fez para tal?

Tem ou não o Centro Hospitalar reforço da sua capacidade financeira para responder aos problemas relatados?

Para já não falar de equipamentos, medicamentos, manutenção...

Que gestão pública se está a fazer dos nossos impostos?

A saúde é ou não uma prioridade de quem nos governa?

Que surpresa para Viseu nos trará o orçamento de estado? Que garantias nos oferecem?



Sessão ordinária 17-12-2018

Clark

Dos muitos milhões anunciados à saúde (300????), Viseu continuará a ser o distrito renegado, como tem sido com o IP3, a ferrovia, a universidade pública e tantos outros exemplos que parece que só alguns lamentam....

(Olhem, ao menos que paguem os 30 milhões em divida aos Bombeiros deste país...)

E a educação? Também vai mal...

Promessas e mais promessas... contagem do tempo de serviço, aumento dos ordenados, falta de condições físicas, falta de pessoal, desmotivação do pessoal em geral...

Foi noticiado que não poderia haver aumento dos salários dos professores para se fazerem obras no IP3, o que está a ser feito?

Aplicação de porções de alcatrão e assim se vai indo...

Com mais notícias de acidentes e mortes neste itinerário..."

Foi a vez, de seguida, do PS, intervindo o membro Rui Santos:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, membros da assembleia, senhoras e senhores.

Saudações para todos.

Tendo em conta o que foi dito por vários elementos do PSD, no uso do seu direito de expressar a sua opinião, queria apenas lembrar duas ou três coisas. Uma delas é uma precisão de dados, falou-se muito em dívida pública e falou-se em cerca de 240 mil milhões de euros de dívida. É curioso e vou deixar aqui para o senhor presidente da câmara, porque está uma afirmação semelhante no relatório do orçamento, fui buscar um mapa com a dívida publica e os dados do Banco de Portugal, sendo neste caso da fonte da wikipédia que vai buscar os dados, anexo 2. Ao contrário do que os senhores disseram, aqui e não vamos aqui fazer a história de muitos anos do antecedente, não sou especialista



Sessão ordinária 17-12-2018



em pingue pongue, portanto também não estou interessado em estar aqui a jogar pingue pongue nestas coisas. Mas, só vos queria dizer que a situação que teve de facto um agravamento em 2008., 2009 e 2010, não sei se os meus caros amigos estão lembrados que houve algo chamado crise internacional. Os senhores diziam que não existia e depois quando sentiram o efeito, atendendo que esses efeitos não se sentiram só com governos do PS, também se sentiram no governo do PSD a seguir e ainda hoje se sentem, a crise económica internacional ajudou a disparar.

Há duas questões, que o meu amigo João Carlos não referiu que é em 1ª lugar quando se fala em deficit em 2009,2010 e 2011, os senhores esquecem-se de dizer que no final de 2010 a União Europeia alterou os critérios de contabilização do deficit. Não estou a dizer se mal ou bem. Acontece que o deficit de 2010 foi calculado para o país com base nos critérios anteriores e desse ponto de vista se houve ou não maquiagem de contabilidade, que é aquilo que todos os governos fazem, o vosso fartou-se de fazer, este provavelmente também o faz e o outro também o fez, sempre se fez, esses critérios até tinham sido cumpridos em 2010, na base dos critérios anteriormente definidos. Quando foram introduzidos os novos critérios, em contabilização das dividas das empresas públicas no deficit, é quando se faz o agravamento do deficit. O senhor deputado estava lá e sabe que foi assim. O problema foi desencadeado porque o grande país que fez o uso desmedido disso, foi a Grécia, nem fomos nós. Foi a partir daí que acabou por a União Europeia tomar essas decisões e acabaram por se tomar essas alterações. O deficit acabou por atingir valores que não deveriamos ter atingido, estamos de acordo. E, além do mais houve uma orientação inicial perante a crise da União Europeia que dizia: "investimento publico para a frente e em força". Depois, com a viragem da Direita liberal, a União Europeia acabou por tomar posição contrária. É melhor vermos estas coisas num plano a mais longo prazo. Já agora, o que é importante é que os dados da dívida pública, para além da subida de facto acentuadíssima de cerca de 70 mil milhões de euros em 2008 para 2011,2012 já ia em praticamente 130 mil milhões. A trajetória da dívida pública em 2012 é de 126,2 mil milhões de euros, em 2013 é de 129 mil milhões de euros, em 2014 é de 130, 6 mil milhões de euros, em 2015 é de 128,8 mil milhões de euros, em 2016 é de 129,9 mil milhões de euros e em 2017 é de 125,6 mil milhões de euros. Estamos a falar



Sessão ordinária 17-12-2018



de dívida pública bruta, isto é não estão aqui deduzidos os depósitos que temos, as chamadas almofadas financeiras, a que, bem, o governo de Pedro Passos Coelho recorreu, quando foi a chamada saída limpa. Hoje isso também existe. Deduzindo isso, estaríamos agora um bocado mais abaixo. Tínhamos no final de 2017 perto de oito mil milhões de euros de depósitos. Este ano esta trajetória vai-se manter.

Quanto ao resto queria lembrar-vos que as coisas não estão bem, tão bem quanto gostaria, mas os senhores falaram aqui em que o governo no uso das suas prerrogativas, como fizeram todos os governos. Em 2015 o governo anterior anunciar uma redução da sobretaxa, no final desse ano não houve qualquer descida, porque as contas não batiam certo, pelo que não cumpriam com os valores que estavam. Quanto ao resto, se o governo insulta ou não os portugueses, se calhar este governo como todos os governos usa algumas estratégias na política, algumas das quais que eu considero pouco recomendáveis, mas se calhar há aqui uma coisa estranha. As sondagens valem o que valem. Também podem ser alvo de alguns efeitos manipulatórios, mas se lhe dermos algum valor como representação atual, os senhores dizem que este governo está a insultar a inteligência dos portugueses, mas eu atrever-me-ia a dizer que estariam vós a insultar a inteligência dos portugueses, na medida que os dados da expetativa dos estudos de opinião aumentam, que o partido que está no governo está muito acima e continua a subir. Claro que esta agitação de vários setores dá um jeitão, até a alguns parceiros da coligação do governo, para tentar impedir que acidentalmente o PS possa ter maioria absoluta, algo que não sou fortemente adepto. Não nasci ontem, para estas coisas, ando cá há algum tempo, por isso acho que não vale a pena perder muito tempo a discutir estas questões, estamos a menos de um ano das eleições, há muita gente e muitas forças politicas a posicionar-se em função de disputar acesso a alguns lugares possíveis em listas de deputados ou outras coisas. Todas as câmaras de eco que podemos ter são interessantes como manifestação de opiniões. Para mim não, estou fora dessas questões. Estou aqui, porque acho que esta é a possibilidade no quadro que existe em Portugal de melhor exercer a minha participação cívica, muito mais do que por questões políticas, mas mantenho as minhas fortes convicções ideológicas com que sempre tive, por isso defendo-as aqui.



Sessão ordinária 17-12-2018



Posso dizer que fiz um email aos membros do meu grupo a dizer que pensava quais eram os assuntos que os membros do PSD iam trazer aqui à assembleia, no período antes da ordem do dia, no seu direito legitimo. Eles que digam, mas parece que acertei em todos. Não quero dizer mais nada, porque não vale a pena.

Eu estou disponível a fazer aqui uma moção e só não o fiz, porque entendo que estamos em Tondela, que não é a sede do Centro Hospital Tondela Viseu, a reclamar a portaria que desbloqueie o faseamento plurianual das obras da urgência do Hospital São Teotónio. O financiamento está no Orçamento de Estado, são cerca de 5 000 milhões de euros previstos, parte é financiamento comunitário, há um contrato assinado com a empresa para fazer as obras. O que falta neste momento é uma portaria que permita o faseamento plurianual dos encargos. Estou disponível para fazer uma moção a reivindicar isso. Quanto à questão do Centro Oncológico, a primeira pessoa que fez uma moção dentro de um partido e que foi distribuída publicamente a favor da criação desse centro fui eu, num congresso da Confederação do Partido Socialista, realizado no Caramulo. Aquilo que existe neste momento e vinha do anterior é neste momento uma impossibilidade técnica que tem de ser resolvida com outro projeto, que está praticamente elaborado, tem a ver com as condições de internamento do hospital de dia e o problema da fragilidade das pessoas sujeitas a radioterapia e não há neste momento uma enfermaria dedicada para isso. Isso tem de ser resolvido antes de avançar para a aquisição e colocação dos aceleradores lineares da radioterapia. Em relação à questão da urgência, estou cá se o quiserem fazer, ainda o fazemos hoje."

De seguida, passou à leitura de um voto de pesar, subscrito por todos os grupos da assembleia, anexo 3.

O membro João Carlos Figueiredo voltou ao debate:

"Rapidamente para confirmar que tínhamos também um voto de pesar a apresentar e em função da conversa que tivemos com os representantes dos outros dois partidos, associamo-nos a esta tragédia com respeito e memória destes profissionais.



Sessão ordinária 17-12-2018

Part R

Relativamente à intervenção do senhor deputado Rui Santos dar-lhe duas notas muito breves, mas que tem de ser feitas. Reconhecendo-lhe o caracter de seriedade da sua postura. Agora, o senhor é tão honesto, tão honesto que até sabe o que vai mal, por isso é que acertou nos temas que íamos tratar.

Trouxe-nos uma fonte da wikipédia, é pena não ter trazido uma fonte do Banco de Portugal, essa sim é oficial. Há aqui um dado que tenho de lhe dizer com toda a franqueza, se fosse verdade aquilo que o senhor disse relativamente à diferenciação da contabilidade, então o que li aqui, que foi textualmente o relatório que acompanha o Orçamento de Estado de 2009, então o governo, de então, mentiu ao país. Esse acerto da contabilidade, não foi nesse período. As pessoas diziam que com tanto aperto orçamental, com tantos cortes, como é que a dívida pública portuguesa está a aumentar, no governo de coligação PSD/CDS - PP? Por uma razão simples, aos juros do dinheiro que tivemos de pagar entrou no arco orçamental todo o sector empresarial do estado, que não estava, assim como a dívida do ministério da saúde, que só esse há época tinha oito mil milhões de dívida e continua praticamente pelo mesmo caminho. Também temos de ser sérios e a seriedade não pode estar só desse lado.

Em 2005, tínhamos uma dívida de 60% do PIB. O que quer dizer que de 1974 até 2005, com vários governos, 37 anos, uns melhores e outros piores, acumulamos dívida de 60% do PIB. E nós em 2011, tínhamos uma dívida de 114%. O que quer dizer que em seis anos cometemos tantos erros como em 37, aí é que está o problema deste país, foi de termos passado de uma dívida de 60 para 114%, isso é que desgraçou as próximas gerações.

O poder de compra dos portugueses caiu para 76% da média da União Europeia, o que já não acontecia desde 2012. Atrás de nós e após 3 anos este governo, só a Grécia e a Letónia. A Irlanda, país que sofreu recessão maior que Portugal e que tomou medidas mais severas do que Portugal, está hoje em 2º lugar atrás do Luxemburgo. É só mais um dado, mas um dado que não deixa de ter em conta.

Relativamente à questão da saúde, só lhe dar nota com muita preocupação e digovos com toda a sinceridade, o que se passa no Hospital Cândido de Figueiredo, em



Sessão ordinária 17-12-2018

Clouds of 2

Tondela, é uma pré tragédia. Para além de não haver material, que nenhum de nós dê entrada naquele hospital neste momento, há a questão da falta do respeito pelos doentes. É inconcebível a incapacidade de resolução do Conselho de Administração relativamente às transferências. É desumano. Na semana passada foi transferido um senhor numa carrinha de caixa aberta, um familiar transportou-o na sua carrinha, porque ninguém faz transportes e nós sabemos porquê, pelo atraso dos pagamentos aos bombeiros e pela forma como o protocolo está feito. Isso sim deveria preocupar os senhores. Os senhores têm influência política. Não estamos a falar do pingue pongue político, estamos a falar de uma questão de dignidade e de falta de respeito para com os nossos habitantes e habitantes dos concelhos vizinhos. Isso sim deveria ser de enorme preocupação e de rápida atuação política."

O membro Rui Santos interveio:

"Só para lembrar, se temos um PIB que não chega a 100 000 milhões, se tivéssemos 250 000 milhões de dívida pública, tinamos uma percentagem que não era de 127, mas seria 200 e tal por cento."

2-Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da Câmara tomou da palavra:

"Senhor presidente da assembleia municipal, membros da assembleia municipal, senhores vereadores, público presente, a todos cumprimento e saúdo.

Começando pelo deputado João Carlos, não fez a atualização de acordo com o novo acordo ortográfico, pós PAN, porque onde está a palavra "aqui há gato" é "aqui há PS". Naturalmente, estou a brincar.

Queria falar sobre a reprogramação do Centro 2020. Isto merece-nos alguma reflexão, todos sabemos que não há mais dinheiro de Bruxelas para Portugal. O que há é



Sessão ordinária 17-12-2018

(laus)

a realocação de algumas fatias de investimento em função de outros indicadores. E, a esse propósito, não deixo de partilhar duas preocupações. O investimento na formação revertese de algo preocupante. O que, hoje, se verifica na generalidade das escolas, ditas públicas, é um estímulo adicional para oferta e aumento da componente profissional, por esse caminho há financiamento do POCH. Isto corresponde a um desviar daquilo que era o normal funcionamento do estado, com responsabilidades perante a educação, a estar a injetar financiamento comunitário para aliviar o Orçamento do Estado.

Como não deixa de ser verdade que, hoje, a maior parte das escolas dos agrupamentos não têm dinheiro para comprar um computador. Se for para reparar ainda conseguem resolver o assunto. Num dos últimos Conselhos Gerais constava-se essa situação. Julgo que do ponto de vista da qualidade formativa, não deixará de merecer alguma observação.

Bem sabemos, que, no atual Quadro Comunitário, por exemplo da zona Centro, tem 30 milhões de euros para 100 municípios, para intervenções na área social. Bem sabemos que foi aberta uma candidatura que fechou em abril e que até hoje não tem resposta. Nunca houve um tão baixo investimento, no apoio às estruturas sociais, que são vitais para a coesão do nosso território. E, não se vislumbra nesta renegociação qualquer aumento, sobre essa situação.

Ninguém, julgo eu, acreditará, com razões edeológicas, que levou este ou aquele governo a afastar a possibilidade de pequenas extensões para fechar a malha rodoviária, pudessem ser incluídas neste acordo do Portugal 2020. Aqueles que dissecaram, diabolizaram dizendo que era uma questão ideológica tinham aqui uma oportunidade para reverter essa situação e encontrar agora nessa renegociação, pelo menos, os fechos de pequenas malhas. Isso, também, não foi aqui conseguido.

Julgo que isto merece a reflexão de todos. Acho que todos devemos fazer o melhor que podermos para otimizar a boa gestão de fundos, mas não deixo em consciência de apontar estes aspetos.



Sessão ordinária 17-12-2018



O membro Guilherme abordou uma questão nuclear que se prende com a contestação social. Julgo percebermos porque é que há uma contestação social. Há uma contestação social, quando se prometeu tudo a todos e não se consegue dar a muitos o que se prometeu. É inevitável. Quando se passou a 35 horas em determinado sector e todos os demais funcionários públicos não tem as mesmas horas, alguma coisa há-de reagir. Quando se criaram espectativas de posição das carreiras dos professores e das suas remunerações, alguma coisa tem de reagir. Ou será que é criminoso haver esta reação só porque é um governo dito de esquerda que está a governar. É o que parece em alguns articulistas, paginadores de vão de escada, dá ideia que haver uma contestação e uma greve quando é um governo de esquerda a governar é porque a mesma está a ser estimulada por extremismos. Alguém se esqueceu de qual foi o papel da CGTP durante o período de 2011 a 2015? Alguém se esqueceu do que aconteceu na Autoeuropa? É bom sabermos o que estamos a discutir. A aproximação de um período eleitoral leva a isso. Naturalmente os parceiros do governo a quererem capitalizar para eles próprios aquilo que são as suas benesses. Tudo isto leva a que haja agitação, porque não há tratamento com igualdade, nem com equidade na nossa sociedade. Quando se vai atrás daquilo que são os votos imediatos, têm-se tendência para chegarmos a este ponto.

Do Centro Hospitalar Tondela Viseu há questões que me parecem demasiado sérias. A 3 de janeiro de 2017, o atual presidente do Conselho de Administração disse que, no último mês desse ano estaria em execução a urgência cujo valor são 5,6 milhões de euros. Relembro, aqui, na negociação do Portugal 14-20, foram designadas obras de mapeamento, são obras na saúde, na educação e na cultura só poderiam ter fundos comunitários se as CIM's as assumissem como obras relevantes no quadro do mapeamento. Quero dizer-vos que grande parte do dinheiro que esta CIM tinha para a saúde foi todo ele depositado na urgência do Centro Hospitalar Tondela Viseu. Está lá há mais de 3 anos, à espera que a obra arranque. A obra só não arranca, porque o Ministro Mário Centeno não liberta os fundos necessários para a contrapartida nacional. Isto é que é vergonhoso. De facto, estamos a discutir a questão da plurianualidade desta obra, que é uma questão processual. A decisão é política. Há ou não há vontade politica? Tem ou não tem força os senhores deputados? Para



18 R

Sessão ordinária 17-12-2018

assegurar que o estado português, através do ministro das finanças, satisfaça o compromisso de entrar com os 15%. Esta é a questão de fundo. A urgência do Centro Hospitalar Tondela Viseu tem períodos de pico que ultrapassa as 12 horas de atendimento. Julgo que isso diz bem do ponto onde nós chegamos.

Dr. Rui Santos, às vezes só queremos as coisas da forma como nos interessa. O senhor olha para o mapa, mas não olha para legenda. Se vier buscar o mapa com a legenda certa, já não concluíra aquilo que leu. Quando vier a este mapa, onde diz "divida publica de Portugal em % do PIB, entre 1991 e 2017", fui buscar a mesma fonte do senhor para estarmos a falar da mesma linguagem. As barras azuis mostram o valor da dívida bruta, vejo-as sempre a subir. A linha laranja mostra a evolução do PIB nominal. Uma crise muito acentuada, a estabilizar, permitindo a comparação em euros. Certa é esta comparação que nós queremos, porque o senhor em cima disse e bem que com dívida pública liquida e depósitos. Este 1º gráfico é com os depósitos. Temos de fazer a análise comparativa nos mesmos termos. Nos mesmos termos a dívida pública portuguesa está a aumentar. É só isto que quero precisar. Gosto de aprender, mas também gosto de ter dados que sejam comparáveis para saber o que estamos a dizer.

Estive presente na cerimónia, onde o então Secretario de Estado Manuel Delgado veio em dia de comemoração do Centro Hospitalar Tondela Viseu anunciar a unidade de radioterapia. Até falou sobre o grande modelo que já estava testado, em que iria ter um búnquer para um acelerador linear, que já ficava testado para o segundo acelerador linear, que tinha uma parceria muito forte com o serviço de oncologia do HUC. Estamos nesta fase. Creio que não é por ter ido um secretário de estado embora, que uma obra desta natureza deixa de ter sentido. Esta não em fonte de financiamento sequer. Gosto de ser realista. Se para aquilo onde há fonte de financiamento, os 15% impedem que a obra avance, quando é que algum dia a unidade de oncologia vai avançar nestes termos? Façase a urgência, porque para essa há dinheiro e condições para a fazer.

Enquanto não reconstruirmos as primeiras habitações, de facto, não virámos a nossa página naquilo que era preciso virar. Temos neste momento 50 habitações, entre as de reconstrução total ou de profunda requalificação concluídas. Teremos no arranque do



Sessão ordinária 17-12-2018



mês de janeiro, um novo lote concluído. E, esperamos, entre março e maio, ter praticamente todas as situações resolvidas, exceto 3 ou que só agora estão a iniciar-se, por razões imputáveis à demonstração da titularidade da propriedade ou de outras questões que lhe estiveram associadas.

Sobre a questão do IP3, o que está aí a acontecer é conservação pontual. Nada disto tem a ver com o acordo feito entre os autarcas, a região, a AIRV e o governo. O que está atrasado, é a obra de 2 milhões de euros, que já deveria estar num bom estado de evolução, a obra referente ao estaleiro instalado na zona de Penacova, que inclui os taludes da Espigueira, no Botão, junto à ponte de Penacova e outra obra. Nenhuma destas obras está em execução. Do ponto de vista do projeto, foi lançado o concurso e abertas as propostas em meados de outubro. O projeto representa 6 milhões de euros. Até hoje não relatório de adjudicação. Relembro que se estima que o troço de Penacova até à Lagoa Azul tivesse intervenção, pelo menos para a colocação de separador central. E, no verão de 2019, serem sujeito a estudo de impacto ambiental todos os demais projetos.

De seguida, o presidente da câmara municipal continuou a sua intervenção passando para a apresentação do relatório de atividade e financeiro (anexos 4 e 5), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de setembro até à presente data.

Pelo presidente da mesa da assembleia, foi dada a palavra, seguidamente, ao membro Rui Santos que interveio:

"Senhor presidente da assembleia, mesa, senhor presidente da câmara.

Começava por saudar a câmara por ter feito, pelo menos no seu site. uma evocação pelo 70 aniversário da Declaração dos Direitos dos Homens, que do meu ponto de vista é um marco. Sobretudo no período em que alguns valores e linhas de atuação que ela aponta e que permitiram, sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial, um claro avanço da situação na Europa, mas não só da Europa, mesmo que ela esteja muito longe do desejável, nesta altura faz muito mais sentido. Da mesma forma, mesmo não estando aqui ninguém, queria



Sessão ordinária 17-12-2018

Out of

saudar a Escola Básica e Secundária de Tondela / Molelos por de facto ter desenvolvido atividades nesta área, o que é de enaltecer. Alias é uma Escola chamada de Unesco.

A EDP, e até há notificações feitas por edital pela câmara nesse sentido, está obrigada a manter limpas as zonas debaixo das linhas de alta tensão. Na linha de acesso que vai para a Barragem do Paul para a central de bombagem mandou executar o trabalho. Cortaram sobretudo amieiros e deixaram-nos lá, porque os proprietários mantêm direito à lenha, só que uma parte significativa de pernadas estão na Ribeira do Paul obstruindo o curso de água. Isto é algo que é inaceitável. Aguardei algum tempo para verificar se a situação se resolvia, mas ela mantém-se. Há uma série de cortes que estão à beira da margem da ribeira, a barragem faz algum controlo e normalmente neste momento o curso de água não trás um volume muito significativo, mas se houver um período de muita chuva parte do que está na beira, vai ser arrastado e entupir a ribeira, provocando danos na estrada, na ponte e no resto. É preciso que a EDP tome providências no sentido de quem executa o serviço não faça coisas destas, porque isto coloca situações de risco.

Em relação ao relatório económico financeiro de execução orçamental, na questão das despesas correntes, estamos praticamente no final do ano, estou a falar na aquisição de bens e serviços, onde estavam estimados 9 356 914,50€ e há neste momento uma execução de 4 957 420€. Pode ser considerado positivo ou pode haver razões que não podem ser consideradas positivas. Como se trata de aquisições de bens e serviços, gostava de ouvir o senhor presidente sobre isto.

Quanto às questões da execução, elas são baixas, como estão aqui consideradas. Obviamente, tem implicações sobre as questões orçamentais do próximo ano. Mas deixaria uma nota, como é normal nestas coisas os dois parágrafos da informação são recorrendo à tradicional *copy paste*, só que quando estamos no final do ano, dizer-se que a questão dos plurianuais não justifica aquilo que foi feito durante o ano, justificaria se a conversa fosse outra. Como há um departamento especifico para isto, ponderar a forma como estas coisas são escritas, não era mau de todo".

O membro Vera Machado tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:



Sessão ordinária 17-12-2018

Clear

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais,

Comunicação Social,

Senhores Vereadores.

Neste ponto da Ordem do Dia impõe-se uma intervenção que reforce todas as áreas de atuação municipal, e que sobretudo confirme o dinamismo de uma autarquia que pese embora não se dedique a *posts*, *clipings* e tantas outras artimanhas de propaganda, e se concentra na resolução dos problemas das pessoas e na consolidação de uma estratégia de desenvolvimento coeso e sustentável.

Permitam-me fazer uma breve passagem por várias ações que foram acontecendo desde a última Assembleia Municipal, pois não vá acontecer que, e à semelhança de alguns boletins dos zeladores do bem-estar municipal, algumas das iniciativas sejam completamente esquecidas, provavelmente por mera coincidência.

Começar por iniciativas mais pontuais, de referir o Convívio Sénior realizado em Outubro último e dessa forma dar os parabéns ao executivo municipal. Porque, Senhores Deputados, não se trata do investimento financeiro, não se trata de uma refeição e também não se trata de populismos, trata-se sim de um simbólico gesto de carinho com os nossos idosos. É um agradecimento a tudo o que eles fizeram pelo nosso concelho, e é sobretudo um ato generoso para com aqueles que se encontram provavelmente mais próximo do fim e que merecem este momento de convívio e atenção.

Outro momento alto nestes últimos meses que antecederam esta sessão foi a assinatura dos Protocolos de Apoio ao Movimento Associativo.

Estamos a falar de 1 milhão e duzentos mil euros investidos nas nossas coletividades, mais propriamente 125 instituições.

Este valor nada mais representa que a verdadeira coesão territorial, na medida em que os apoios são diferentes e diferenciados, quer do ponto de vista geográfico como de áreas preferenciais de atuação.



Clark

Sessão ordinária 17-12-2018

Falamos de 750 000,00€ de apoio às iniciativas e 400 000,00€ em execução de medidas relacionadas com segurança dos edifícios, e sim, trata-se de um grande esforço financeiro, mas que não pode ser descurado, pois, e como já fui alertando muitas vezes nesta casa, as associações são os principais ou até os únicos polos de desenvolvimento das nossas comunidades assoladas pela desertificação e envelhecimento populacional.

Salientar também as diferentes iniciativas realizadas nos diversos espaços municipais e que vão desde exposições, formações, prática desportiva, seminários, um vasto conjunto de ações que, diariamente, demonstram a vivacidade das nossas gentes.

De uma forma meramente evocativa da memória e porque, entretanto, passou um ano sobre os trágicos incêndios de 2017, dar os parabéns ao Município sobre a forma sóbria e sobretudo simbólica como assinalou a tragédia.

Com a simplicidade de um calendário conseguiu reavivar na memória de todos a solidariedade e com esse gesto aumentar os donativos para a conta solidária.

Ainda nesta temática reforçar o empenho do executivo municipal no que concerne à reconstrução de habitações permanentes, estando já mais de meia centena reconstruída, numero que crescerá com certeza até ao final do ano.

A somar a esse esforço, e conforme documento aprovado na sessão extraordinária da última assembleia municipal, junta-se o lote de apoios a habitações não permanentes através de empréstimo contraído pelo Município junto do Fundo de Apoio Municipal e cujas candidaturas ascendem a três dezenas.

Outro assunto que queria trazer à discussão prende-se com um projeto municipal que já conta com várias edições e que se tem afirmado como uma iniciativa inovadora, exemplo de boa prática na conciliação da prática desportiva e da saúde.

Há algumas semanas realizou-se uma sessão de avaliação do Programa Saúde em Dia que juntou os mais diferentes atores do projeto, desde os profissionais de saúde, professores de ginástica, associações, juntas de freguesia, entre tantos outros.



Sessão ordinária 17-12-2018

Chuls Son

Foram apontadas algumas falhas de fácil resolução, mas há sobretudo uma ideia comum: o potencial deste projeto enquanto ação diferenciadora e o seu manancial de crescimento e potenciação.

Sinal dessas caraterísticas, foi o reconhecimento pela União Europeia a esta iniciativa, na medida em que permite a médio/longo prazo reduzir despesas relacionadas com a saúde, bem como aumentar a longevidade e a qualidade de vida.

Deixo por isso o desafio à Câmara Municipal para que e, em conjunto com os diferentes intervenientes do território, discutam e encontrem formas para potenciar esta iniciativa, intensificando valências, aliando à pratica desportiva ações de sensibilização de alimentação saudável, e até entrar em outros públicos-alvo, que não apenas o combate ao sedentarismo e cuidados de saúde em faixas etárias mais elevadas.

Para terminar, e porque a época assim o exige, queria reconhecer neste fórum o investimento na animação de natal e sobretudo os 25 000 euros de iluminação festiva.

Claro está que as opiniões não são todas concordantes, claro está que todos nós queríamos uma luz ou elemento decorativo à nossa porta, claro está que as opções poderiam ter sido outras.

Mas, e deixem-me sublinhar, dentro de princípios como a razoabilidade, o rigor da gestão e o incremento do comércio local, o executivo municipal optou por elementos diferenciados, esteticamente bem conseguidos e em locais de grande dignidade e consideração pelos pequenos comerciantes.

Para terminar, lembrar a esta Assembleia e sobre este assunto em particular, a iluminação de natal que todos nós poderíamos ter feito escolhas diferentes, e a democracia é mesmo isso, optar, concordar, discordar, mas sobretudo reconhecer o que é bem feito e valoriza o nosso território.

Tenho por isso muita pena que tal preceito não se verifique, assisto diariamente aquela tentativa de dar enfase e valorizar pequenas ações tratando-as como



Clay So Sessão ordinária 17-12-2018

grandiosidades, como se de um milagre se tratasse, escondendo-se a grande maioria das vezes iniciativas, projetos e protagonistas relevantes para a comunidade.

É a era digital que temos, a globalidade de transformar formigas em verdadeiros elefantes, é a informação cirurgicamente estudada, é o cultivo da tragédia para se afirmarem.

Mas, e tal como disse o nosso Presidente da República, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, o digital só é importante se servir realmente as pessoas."

Continuaram os trabalhos e o membro Abílio dos Santos interveio:

"Senhor presidente da assembleia, restantes membros da mesa, senhor presidente da câmara, caros deputados.

Tive em atenção as palavras proferidas pela Vera, não deixando de compreender e realçar o excelente trabalho que tem sido feito através de muitas atividades, ligadas à área cultural, desportiva e muito outras. Todavia, gostaria de perguntar ao senhor presidente, que tão bem conhece Tondela e é com profunda magoa que vou dizer isto, Tondela está totalmente desertificada. Quem vai da Câmara à parte antiga da cidade, a partir das 21h30, parece se estamos numa cidade morta. Há cerca de nove anos, havia um processo de intenções para revitalizar a rua Dr. Abel Lacerda. Falou-se que alguns edifícios mais antigos seriam reconstruídos e por outro lado seriam feitas parcerias com a ACERT para revitalizar em termos culturais. O que é certo, é que até ao momento nada foi feito. Não sei se o processo está por realizar ou se foi abandonado. Ao fim de semana, dias em que deveria haver mais pessoas, quando entramos, pelas 22horas, pode-se dizer que Tondela não existe. Pontos de interesse são poucos, tirando a ACERT, não encontramos mais nada para levar as famílias. Esse projeto está esquecido ou ainda existe a possibilidade da revitalização daquela rua? Por outro lado, gostaria de saber em que ponto está a revitalização da Zona Ribeirinha?

A grande concentração de pessoas vai para Viseu. A subida de Tondela à 1ª divisão, falo do meu ponto de vista, que todos nós sublinhamos com muito agrado, em termos económicos não veio trazer qualquer vantagem. Em dias de grandes jogos, não



Sessão ordinária 17-12-2018

Charles San

veio trazer para o comércio local, gastronomia local, rigorosamente nada, só se estiver a pensar muito mal. Por outro lado, a maioria dos atletas do Clube Desportivo de Tondela estão todos em Viseu. A alegria que o clube nos deu, que foi enorme, em termos económicos não veio alterar em nada, que eu saiba. Antes de terminar, quero desejar um ótimo e feliz Natal."

O senhor presidente respondeu:

"Das questões colocadas pelo senhor deputado Rui Santos sublinho que o aniversario da Declaração dos Direitos dos Homens, também se deve a si, porque, de facto na preparação do orçamento, fez essa observação a essa importância histórica e humana.

Sobre a questão em concreto da aquisição de bens e serviços de 9 milhões e executados cerca de 5 milhões, a execução é a execução paga, não execução adjudicada. Nesta aquisição de serviço estava previsto as Intervenções Territorialmente Integradas que estão no Pacto de Coesão e Desenvolvimento da CIM, incluía e inclui um conjunto de despesas de corrente que tem a ver com o programa do Sucesso Educativo e do Apoio Social aos projetos em desenvolvimento. Ora, nós travamos um pouco estes projetos à espera da nova reprogramação dos fundos. Neste momento temos a Escola Secundária de Tondela 1ª fase, em execução. O valor global para esta fase era de 1,5 milhões de euros, 10% do que custaria à Parque Escolar. Lançamos a obra em duas fases, porque o dinheiro previsto no Pacto só permitia lançar uma fase que rondam os 700 000€. Estamos a admitir fazer deslocar dinheiro das ITI's, despesa corrente para capital, porque esta reprogramação dos fundos comunitários permite-nos levar FSE a FEDER. Nesta circunstância deslocar investimento para lançarmos de imediato, entre janeiro e fevereiro, a 2ª fase da Escola Secundária de Tondela.

A segunda questão tem a ver com a área da saúde, trouxemos aqui e faz parte do orçamento a extensão de saúde de Campo de Besteiros que finalmente está adjudicada. Temos financiamento abaixo do valor da obra e estamos agora em condições de poder desenvolver uma obra cujo valor se estima de 600 000€, substituindo o Estado para a requalificação do Centro de Saúde de Tondela, hoje USF. A USF tal como está não tem



Sessão ordinária 17-12-2018

Claub Ry

condições para funcionar. Para fazermos esta obra vamos deslocar verbas que estavam em FSE para FEDER, vamos tirar despesa corrente para despesa de capital e investimento. Por essa razão, nestes dois casos travamos a execução de despesas correntes para permitir após a reprogramação avançar com recursos para isto.

No caso da saúde se queremos fazer a obra, vamos ter que fazer os projetos de especialidades à exceção dos gazes medicinais, o Ministério só tem condições para fazer a arquitetura. O seu financiamento será de 85% em fundos comunitários e os 15% serão nossos, porque nem aí há disponibilidade orçamental do Ministério da Saúde.

O senhor Abílio tocou em duas questões. A revitalização da zona antiga só surgiu nestes dois anos? As pessoas só deixaram agora de lá viver? Não. Há muitos anos que assim é e a tendência é de uns por deslocalização e outros por opção. O que temos neste momento previsto centra-se, no âmbito do PEDU e estamos para adquirir um edifício para construir 14 fogos que serão estúdios, garantindo a melhor centralidade e mais atratividade. É o edifício na rua dos Combatentes da Grande Guerra que mais impacto com degradação tem nesta zona. Por outro lado, andamos em negociações com vários proprietários, na mercearia do Zé Pereira, naquele quarteirão, para que numa 2ª fase possamos ir desenvolver.

Compete-nos fazer alguma coisa, mas não deixamos de estimular a iniciativa privada, porque é aí que muito reside. Também é verdade que existe investidores privados quer na casa do Dr. Miranda, quer na casa onde funcionou a livraria Havanesa, que ajudarão a revitalizar, com o nosso apoio, essa área da cidade.

Sobre os locais para percorrermos à noite, o que me consta é que o bar do CDT, não querendo fazer publicidade, está sempre esgotado de jovens. O que me consta é que o Living Bar está sempre esgotado de jovens. Consta-me isto, mas se calhar é um problema de horários.

De facto, faltam algumas habitações que eram precisas para acolher mais gente. Mas, felizmente, o problema não é não haver procura. O problema é haver procura e não haver resposta. Se hoje não há mais alojamento sob a forma de arrendamento é porque



Sessão ordinária 17-12-2018



não há mercado disponível. Por isso, temos estimulado e elogiado os diferentes investidores que estão, neste momento, com obras em execução ou com obras em carteira projetadas e estimamos próximas das duas centenas de fogos habitacionais na área da cidade. Isso é muito importante para dar resposta à atratividade que o concelho tem. Mas, em muitas das nossas freguesias, as pessoas não conseguem que seja arrendada por alguém uma casa em granito e sem aquecimento. É preciso que as pessoas tomem iniciativas e façam investimentos.

Sobre a Zona Ribeirinha do Dinha. Durante este mês, está para submissão a concurso e só ainda não foi, porque nesta zona existe uma captação que tem uma licença da APA, que implica uma zona de proteção imediata de 50 metros à sua volta o que impedia qualquer edificação. Em articulação com a concessionária Águas do Planalto chegou-se à conclusão que será removida esta proteção imediata, para podermos aprovar o projeto. Isto foi matéria que há mais de meio ano anda em negociação com a ARHC, a APA, a concessionária e o município, tendo na semana passada chegado a uma conclusão, pelo que este mês teremos esta situação estabilizada. Muito obrigado."

2.2 Análise, discussão e votação da Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

O presidente da mesa da assembleia dirigiu-se ao senhor presidente da câmara para lhe dar a palavra:

"Senhor presidente e distintos membros, sobre a política de impostos municipais e sobre o IMI em concreto sublinho o seguinte: o município aplica a taxa mínima que a lei prevê, 0,3%. A isto não deixo de acrescentar que, em paralelo, temos o coeficiente de localização mais baixo. Se, como em outros municípios, tivéssemos a taxa a 0,4% teríamos mais 25% de receita. Mas, são opções que se têm de se fazer. A nossa opção é não carregar o peso da propriedade, de não carregar o peso da responsabilidade patrimonial, porque, isso sim, também é uma forma de atrair pessoas. Esta discussão fazse em paralelo com o IRS, para quem defende uma redução da devolução do IRS com a



Sessão ordinária 17-12-2018



justificação que isso atrairia mais pessoas. Direi que ter uma taxa de IMI nos patamares mínimos não deixa de ser uma condição necessária para haver investimento, principalmente quando estamos a precisar de mais habitação, em particular no mercado de arrendamento. Diria que dificilmente encontramos um concelho que tenha coeficientes de localização à escala em que nós estamos e em que se aplica a taxa mínima de IMI. Isto fará toda a diferença."

Tomou da palavra o senhor presidente da mesa e, não havendo mais intervenções, a taxa de IMI a aplicar no ano de 2019 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

O membro Guilherme Duarte, por motivos pessoais, ausentou-se da sessão.

2.3 Análise, discussão e votação da Fixação da Participação Variável no IRS
O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

"Senhor presidente, distintos membros.

Aqui sim temos uma fratura ideológica clara entre aquilo que é a nossa proposta e aquilo que é a avaliação, pelo menos em sede de reunião de câmara, com os vereadores eleitos do Partido Socialista. Entendemos que não podemos baixar a devolução do IRS, na circunstância e que isso não é uma medida universal; relembro que só paga IRS quem tem vencimentos médios superiores a 750€. O que está aqui em causa é um princípio de justiça social. Quem tiver mais rendimentos poderá ter um esforço adicional para a coesão



Sessão ordinária 17-12-2018



do território. A ideia de que isto não atrai quadros, também não é verdade. Uma família que tenha rendimentos elevados, em primeiro lugar quer qualidade de serviços, quer saber se tem ou não escolas perto da sua residência, quer saber se tem ou não acesso à cultura, quer saber se tem ou não patamar de fruição nomeadamente no desporto, quer saber se tem ou não acesso à saúde. É isto que faz determinar a fixação de um agregado familiar com rendimentos superiores em relação a um ou outro território. Entendemos que socialmente é mais justo baixar o IMI, porque é universal a toda a gente, enquanto que a devolução que estamos a falar só iria atingir algumas famílias, não contribuindo para a justiça social. Aí estamos mais à esquerda do que aqueles que se dizem de esquerda."

O membro Rui Santos interveio:

"Senhor presidente da mesa, senhores membros da mesa, senhor presidente da câmara, membros da assembleia e presentes.

Há muito tempo que defendemos que deveria haver esta devolução. Esta é uma questão simbólica. Não é uma questão ideológica. Cada um tem direito a ter a sua opinião. Eu tenho a minha. Quando começamos muito a qualificar as opiniões dos outros, corremos o risco de bater em algumas paredes. De alguma forma podemos dizer que é falacioso o argumento de dizer que há uns que pagam e outros não pagam. Em muitas coisas é assim. Nem sequer defendo que vamos para reduções extremamente significativas nesse sentido. Não é isso. Esta é uma questão simbólica. Não se pode falar em fatores competividade, com todo o direito de que as pessoas do PSD gostam de falar, quando este é um fator de competividade em termos atrativos. É simbólico, não tenhamos dúvidas. A primeira coisa que determina é o emprego, sejamos claros, depois vem outras condições como o senhor presidente disse e bem. Há outras condições.

Temos muita gente a trabalhar nas empresas do concelho, porque têm uma remuneração superior, porque não estão cá, não vivem cá. Se calhar alguns desses nunca viriam viver para Tondela por razões diversas. Como nós sabemos numa série de sectores há uma serie de razões de interiorização, de determinadas formas de vida, que foram adquiridas nomeadamente pela via da frequência do ensino superior, não retornam às suas zonas mais próximas de origem, mesmo que tenham possibilidades de emprego. Quando



Sessão ordinária 17-12-2018



não tem, é evidente que não retornam por esse motivo. É a mesma coisa que, e o senhor Abílio já aqui referiu, temos o Clube Desportivo de Tondela na 1ª divisão, gosto muito que assim seja, porque tem uma dimensão simbólica. Em termos de dimensão económica num país como o nosso e com a proximidade que temos é pouco significativo. Do ponto de vista simbólico e do marketing do concelho, é muito significativo. Não é diretamente do ponto de vista económico. É também um fator de competitividade em alguns aspetos, isso não tenho dúvida de reconhecer.

Não façamos disto um cavalo de batalha ideológico, porque se calhar cavalo de batalha ideológico é dizermos que se queremos oferta de habitação, nas circunstâncias que o senhor presidente aqui referiu, nomeadamente para as pessoas que aqui chegam e querem estabilizar a sua vida, então temos de ter um programa estruturado municipal que dê resposta a isso. A iniciativa privada no seu legitimo direito da ação não está obviamente em primeira linha. Faz uma parte que é aquilo que entra no mercado normal, mas se queremos favorecer determinadas situações, então temos de ter outro tipo de oferta que seja controlada, quer em termos de custos de construção, para uma possível aquisição, quer em termos de termos de custos, que devem ser orientados para possível arrendamento. Isto sim é muito mais ideológico. Este caso não o vejo deste ponto de vista. É uma opção. A maioria da câmara municipal aprovou uma que tem todo o direito de aprovar. Penso que isto, a fazer-se, deveria ser sempre em termos progressivos, porque o que esta medida tem é um significado simbólico e não outra questão. Por esta razão, não votaremos favoravelmente a taxa proposta."

O membro Vera Machado continuou os trabalhos, com a intervenção que se transcreve:

"No seguimento da proposta apresentada pelo Município de Tondela, de fixar em 5% a taxa de participação variável no IRS dos cidadãos com domicilio fiscal no concelho, a bancada parlamentar do PSD irá votar a favor.

Na nossa perspetiva, faz todo o sentido que assim seja e não de acordo com a visão do Partido Socialista, em devolver 2,5%, admitindo que esta percentagem devolvida iria fomentar a fixação de pessoas no nosso Concelho.



Sessão ordinária 17-12-2018



Não, caros deputados do Partido Socialista, modelos de fixação de pessoas, não passa só por reduções de taxas IRC para as empresas ou de IRS para aqueles que queiram vir trabalhar para cá. Está provado em muitos municípios deste país que essas estratégias de fixação falharam, apesar de também terem a sua importância. Fixar pessoas passa muito mais por criar emprego, mercado habitacional adequado e serviços.

Especialistas em politicas de fixação de pessoas em territórios de baixa densidade populacional, definem que o primeiro critério para fixar pessoas, passa pela existência de emprego, Tondela, vive num paradigma diferente em relação a muitos territórios do interior do país e consegue ter uma taxa de desemprego bastante baixa, mas depois tem alguma dificuldade em fixar quem cá trabalha, é um facto. Mas é um facto que se hoje não tivéssemos uma taxa de desemprego tão reduzida, não estaríamos certamente a discutir esta questão e muito menos a falta de resposta habitacional, devido à grande procura daqueles que querem vir morar para cá.

Fazendo uma analise mais detalhada desta questão, trata-se de justiça económico-social, trata-se de que hoje o Município de Tondela, aplicando a taxa de IMI mais baixa de acordo com a legislação em vigor, 0,3%, tanto paga quem mais tem como quem menos tem, à proporção logicamente, e a taxa variável no IRS, como devem saber não afeta todos, obedecendo aos escalões de IRS existentes. Trata-se também de princípios ideológicos.

Fixar nos 5% esta taxa, não é nada mais do que uma opção politica, em que esta é a visão que temos para o concelho, aplicar a receita desta taxa em prol das pessoas é contribuir para que o município continue a criar condições estruturais aos seus concidadãos e às empresas que se queiram implementar em Tondela. E a prova disso é a capacidade que o Município tem tido, nos últimos anos, em atrair investimento e dar às pessoas qualidade de vida, de maneira a que se sintam realmente numa região de Bemestar.

Queremos dar continuidade a esta estratégia que temos para o concelho, de atracão de novas pessoas, colocando sempre como ponto de ordem, a capacidade em dar resposta às necessidades que vão surgindo."



Sessão ordinária 17-12-2018



O membro João Carlos Figueiredo interveio:

"Senhor presidente, deputados municipais.

Esta questão é mesmo ideológica. Não temos de ter medo das palavras. O senhor deputado Rui Santos faz aqui um trocadilho entre o simbólico e o ideológico. Se é simbólico, dê-me o exemplo no Orçamento de Estado aprovado para 2019, onde está uma política de habitação. Onde estão incentivos a uma política de habitação? É a questão do simbólico. É mesmo ideológico o Orçamento de Estado. É extremamente fácil embarcar na ideia de que é simbólico a câmara prescindir desse montante. Mas depois já não é simbólico a câmara ter que assumir responsabilidades diretas do Estado Central, nos 15% da saúde, na educação. Isto é muito tentador arranjarmos sempre forma de ser facilitador de dar dinheiro. Como é que se vai buscar? Não é simbólico, é concreto. Para nós termos as infraestruturas em termos de respostas a vários níveis já deixa de ser simbólico, é concreto. Isso, obviamente, tem peso no Orçamento da Câmara Municipal. Muito obrigado."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Em primeiro lugar, saúdo o senhor deputado Rui Santos por reconhecer que ter um clube na 1ª Liga é um reforço da competitividade regional e um fator de notoriedade. Isso é um grande passo. Como saber que a existência de emprego é determinante para que a primeira condição exista. Eu não vou para onde não posso trabalhar.

Falemos sobre a estratégia local de habitação. É um modelo em que estamos a trabalhar, em articulação com a senhora secretária da habitação. E, a estratégia local de habitação pode ter várias soluções, uma delas é disponibilizar algumas bolsas de terreno, colocando-as em processo de habitação que agora não se designam de custos controlados, mas que é de custos compatíveis com o mercado de arrendamento e que seja considerado mais baixo. Neste cenário, é uma habitação muito padronizada, com tipologias muito definidas, com áreas reduzidas. Em paralelo com esta opção, atualmente é possível o município recorrer ao mercado, desde que haja habitação para arrendar, arrendando por um período de 5 anos, desde que esse valor de arrendamento seja 20% abaixo do preço



Club

Sessão ordinária 17-12-2018

de mercado, ficando o proprietário isento do pagamento de rendimentos prediais durante o mesmo período. Ora taxa sobre rendimentos prediais em sede de IRS ou de IRC é de 25%. Tudo isto estamos a desenhar e equacionar. Esta operação só pode surgir quando houver mercado disponível. Neste momento o grande problema é que em Tondela, concelho e cidade, não há mercado disponível para arrendamento. Se isso for, pode ter este enquadramento. Estamos a iniciar esta estratégia local de habitação, iremos recorrer a esses instrumentos que estão previstos e como tal durante o ano de 2019 iremos trazer aqui algumas ideias e soluções, propostas para fortificar a capacidade de criar condições para quem aqui trabalha, quem aqui tem negócios, para quem aqui investe, aqui possa residir. Mas isto implica que haja mercado, que é aquilo que hoje não existe."

Colocado à votação, da fixação da participação variável no IRS, foi aprovado por maioria com os votos contra dos membros Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marisa Fernandes, Carlos Gonçalves, Francisco Coutinho; votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

2,4 Análise, discussão e votação da Fixação da Derrama

O senhor presidente da câmara interveio:

"A informação está aí muito delineada. 1,5% sobre o lucro tributável pelo sujeito, não sujeito a IRC. Convém dizer que o grande contributo para a derrama, no concelho, resulta muito de grandes empresas. Que os seus administradores vêm como positivo, não sendo isso que os leva a não investir, se esse valor de investimento for repercutido em melhores condições nas suas unidades, nas áreas empresariais onde estão. Entre a ZIM de Tondela, 3,2 milhões e a ZIM do Lajedo onde teremos um valor muito próximo dos 2



Sessão ordinária 17-12-2018

milhões. Estamos neste momento a investir 5 milhões de euros em espaço empresarial. A proposta que trazemos é análoga à dos anos anteriores."

O membro Vera Machado interveio:

"Reitero os cumprimentos.

Intervenho neste ponto sobre a fixação de um imposto municipal, não porque não seja algo consensual, mas porque há a tentação de acusarem a direita de um certo gosto em tributar e de não ter sensibilidade social.

Caros deputados a proposta que vem aqui hoje, aprovada por unanimidade em reunião de câmara, fixa a taxa de derrama em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, no valor máximo permitido legalmente.

Aos arautos da equidade e da solidariedade com aqueles que menos têm fica aqui o exemplo, de um executivo social-democrata que tributa as grandes empresas localizadas no território.

E desenganem-se os teorizadores sobre modelos de fixação no interior e que apregoam as reprogramações e a discriminação positiva sobre as empresas e, simultaneamente, incentivam a residência nas grandes urbes, colocando o governo a pagar passes sociais, pagos com impostos de todos nós, e por lapso ou não, nas áreas de baixa densidade quem os suporta são os municípios.

Vá-se lá saber o que entendem por justiça social.

Mas ultrapassado este desabafo inicial, volto à derrama, porque entendo que este imposto é muito justo e só é liquidado por entidades que atingem valores elevados de lucro, representando uma importante receita para o Orçamento Municipal.

Olhando para a realidade empresarial local e perante a fixação de tantos investimentos, o presente mostra que a derrama não é impeditiva das grandes companhias se instalarem no concelho, nem é tão pouco um elemento dissuasor de atração de investimento.



Sessão ordinária 17-12-2018

Clark R

Aproveitar por isso este ponto para lembrar aos mais desatentos todas as ações que estão a ser desencadeadas nas Zonas Industriais Municipais.

Quanto à Zona Industrial da Adiça, a sua ampliação apoiada por fundos comunitários ronda os três milhões e duzentos mil, e comtemplará a expansão, a remodelação total de passeios e coletores, instalação de infraestruturas subterrâneas, novas pavimentações, um sistema adicional automático de combate aos incêndios, bem como um novo parque de estacionamento.

Já com recurso a capitais próprios, fruto de boa gestão, a Câmara Municipal desencadeou uma operação de expansão na Zona Industrial do Lajedo, adquirindo e preparando lotes para empresas que se queiram instalar, estando já várias a ultimar pormenores.

E também a título de curiosidade não é por acaso que ainda esta semana foi publicado um estudo das 500 maiores empresas do distrito de Viseu, e nas primeiras 10, 4 são do Concelho de Tondela.

Senhor Presidente da Mesa e Senhores Deputados aqui presentes, este imposto municipal além de elementar justiça não é impeditivo da vinda de empresas.

Este modelo de tributação e os investimentos protagonizados pelo Município materializam um modelo de fixação sustentável, baseado em emprego, conhecimento, desenvolvimento e tecnologia, responsabilizando as empresas naquele que é o seu papel na redistribuição de riqueza."

Não havendo mais intervenção, a fixação da derrama foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira,



Sessão ordinária 17-12-2018

Claus

Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.5 Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2019

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

"Senhor presidente, membros da assembleia, público presente.

Este orçamento visa de forma muito objetiva um incremento e uma aceleração naquilo que são as áreas vitais de investimento: as zonas industriais. Estamos com praticamente 5 milhões de investimento em zonas industriais. Temos unidades industriais que necessitam ampliar-se e temos outras cuja captação, negociação e diligência tem sido muito fortificada. Mas, permitam-me dizer, não podemos acolher hoje uma empresa de grande dimensão, enquanto não tivermos alojamento, para podermos atrair e captar colaboradores.

O segundo enfoque está centrado naquilo que são as politicas associadas ao PEDU. O PEDU são fundos comunitários para as políticas de cidades. Não pode ser aplicado em qualquer freguesia, que não seja o centro ou a cidade sede de concelho. Há 35 municípios na região centro que acederam a este patamar e todos os outros estão nos PARU's, cujo montante de investimento só vai a um milhão de euros. No PEDU, vamos entrar com 3 obras de dimensão. Uma delas é o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo. Como é sabido adquirimos o edificio dos viticultores do Dão, por 250 000€. Está o projeto ultimado e a obra está em concurso, por 3, 5 milhões de euros. São 2 100m2 para áreas de acolhimento no domínio do empreendedorismo, sendo 3 pisos de 700m2 cada um. As 5 cubas serão transformadas em centro de incubação, alojamento ou campismo. Tudo isto fez-nos rever o projeto e de acordo com aquilo que são os indicadores de mercado hoje, elevamos a base do concurso.

Os outros investimentos do PEDU são: a Frente Ribeirinha, que ainda este mês ficará fechada para concurso e o edificio habitacional. A par disso, relativo ao antigo



Sessão ordinária 17-12-2018

Claus

jardim/cemitério envolvente à Igreja do Carmo, estabelecemos negociações com a família para a sua aquisição, para futuro prolongamento do adro.

Na área do ambiente sentimos grandes dificuldades de financiamento. Temos investimentos de cerca de 4 milhões e neste momento só se antevê que possamos ter financiamento para 1,2. Com isto temos de pensar as opções estratégicas. Temos capacidade do ponto de vista financeira para tomar algumas opções. Desde logo, como é sabido, as obras sujeitas a fundos comunitários, os 15% que os municípios têm de submeter, não são considerados para efeito da dívida total do município, sendo verdade que tem de ser pago.

Das obras referidas e na da Escola Secundária, as mesmas representam cerca de 1 milhão de euros em capitais próprios. A propósito disso não deixo de dizer que na ficha do município, reduzimos a nossa dívida 12,62%. Teríamos uma capacidade de endividamento de 19 milhões, se não existisse a Lei de Manuela Ferreira Leite que reduz em 20% as capacidades de endividamento. Mas, mesmo assim temos uma margem disponível para utilizar de 4,8 milhões de euros. Sublinho que o ultimo empréstimo que fizermos, foi para obras que não tinham fundos comunitários, como foi o caso da ZIM do Lajedo. Se viermos a ter fundos comunitários para ela, estaremos em condições de amortizar em igual proporção o montante de apoio comunitário que viermos a ter. Durante o ano de 2019, com tempo e calma, iremos avaliar as diferentes opções estratégicas que aqui traremos, nomeadamente para as questões associadas aos investimentos nas áreas do ambiente. Ainda sublinho, que os nossos compromissos plurianuais para 2019 são 2,8 milhões, para 2020 são de 2,1, à data de hoje, em 202, 2,7 e 2022 e seguintes rondam os 12 milhões. Grande parte deste impacto financeiro é decorrente da PPP, que está projetada no tempo até 2030.

Temos um dos orçamentos mais ambiciosos com 35 milhões."

Seguidamente, o membro Carlos Viegas interveio, anexo 6.

O membro Rui Santos continuou os trabalhos:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara e demais presentes.



Sessão ordinária 17-12-2018

Clark OR

Ainda não tive acesso ao Orçamento de Estado. No orçamento do município estão inscritos cerca 7 000€ de Direitos de Passagem. Tinha ficado um compromisso que a taxa não seria cobrada. Gostaria que o senhor presidente nos informasse sobre este assunto."

Seguidamente, interveio o membro Vera Machado com a intervenção que se transcreve:

"Correndo o risco de maçar a bancada da oposição que já começa a fazer cara feia e a falar baixinho.

Muitos seriam os detalhes que poderíamos retirar da documentação enviada, algumas afetações de receita e despesa que poderíamos ou não equacionar, mas importa sobretudo salientar as grandes linhas que orientam a atuação autárquica para o ano de 2019 e que tem por base uma estratégia muito bem definida.

E, senhor Presidente, começar por lhe dar os parabéns por não ser adepto de cativações, nem de investimentos apenas em anos de eleições autárquicas.

Além das ações em curso relacionadas com a tragédia de outubro de 2017 e que se prendem com o apoio às famílias, gestão de faixas combustíveis e áreas envolventes às Zonas Industriais, o Orçamento para 2019 deixa claro qual será o rumo do território no próximo ano, pese embora, sinta ruído e até desconforto por ouvir falar neste tema.

Por um lado, e tal como já referi na intervenção relacionada com a cobrança da derrama, o executivo entende que é prioritário o investimento em áreas de acolhimento empresarial, quer na sua expansão, modernização, acessibilidades e mobilidade.

E parece-nos que esse caminho é o que garante sustentabilidade futura, porque ao invés de qualquer geringonça, não entendemos que o desenvolvimento se atinge com máquinas estaduais pesadas, estáticas e centralizadoras, e muito menos partilhamos complexos ideológicos relativos à criação de riqueza, por parte de privados.

E se hoje representamos um dos concelhos mais exportadores da Região Centro, com uma taxa de desemprego residual, isto deve-se às linhas que foram seguidas do ponto de vista das políticas municipais de atração de investimento e que estão perfeitamente plasmadas no documento que vem hoje à votação.



Sessão ordinária 17-12-2018

18 R

É clara hoje a importância das áreas agroalimentar, automóvel, farmacêutica e ambiental do ponto de vista da economia regional e local, mas Senhor Presidente da Câmara, tal como já o desafiei noutras assembleias, temos que ir mais longe.

Os clusters empresariais têm que deixar de ser elementos meramente identificativos para serem efetivamente constituídos e potenciados. Paralelamente a este esforço o marketing territorial terá que ser reforçado na captação de investimento inteligente, vocacionado para o digital que traga um fortalecimento de talentos para o território.

O documento que é discutido hoje já espelha essa tendência através da obra de recuperação da Antiga Adega designada por Centro Tecnológico que, muito mais do que um edificado, terá que ser um núcleo de transferência de competências e um meio de atração de empreendedorismo inovador.

Este investimento, cujo concurso de três milhões e meio será lançado brevemente terá que ser o veículo primordial para aproximar as universidades e os institutos de investigação à comunidade, gerando deste modo riqueza e consequentemente desenvolvimento.

No ponto de vista da despesa destaca-se também a continuidade dos investimentos na área do ambiente, com vista à resolução de alguns problemas sobejamente discutidos, mas sobretudo na planificação de um modelo sustentável, capaz de garantir no longo prazo novos equipamentos e uma gestão integrada numa área que condicionará o futuro de todos.

Tal como já vem sido veiculado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a autarquia, e bem, terá que se substituir ao governo central, porque mais importante que as cativações feitas em Lisboa, são os serviços públicos prestados aos munícipes, nomeadamente em áreas tão sensíveis como a saúde e a educação.

E, nesse quadro, saudar a eficácia e a visão do executivo que se tornou dono de obra na Requalificação da Escola Secundária de Tondela e que avançará com uma segunda fase onde constará a cantina e outros espaços exteriores.



Sessão ordinária 17-12-2018

Clark De Bis

Ainda nesse campo das competências ministeriais, salientar o investimento que está previsto para o Centro de Saúde de Tondela e Campo de Besteiros, cujo ónus foi assumido pela autarquia, garantindo desta forma uma melhoria nos cuidados prestados às nossas populações.

Caros deputados,

Os modelos de fixação em territórios de baixa densidade constroem-se através do somatório de vários elementos, entre eles, emprego, conhecimento, habitação, qualidade e existência de serviços públicos.

Parece por isso que o documento que será sufragado já a seguir conjuga de forma inteligente essas variáveis, na medida em que investe em áreas de acolhimento empresarial, no centro tecnológico, em cuidados de saúde e educação, garantindo desta forma qualidade de vida a quem opta por se fixar em Tondela.

Em conclusão, o Partido Social Democrata votará favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, na medida em que trata de um documento realista, rigoroso e sobretudo com um rumo estratégico para o Concelho."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Sobre o Centro de Recolha de Animais explicar que o município fez uma candidatura que está em condições de aprovação, mas que representa um quinto daquilo que era expectável face ao valor do investimento. Nessa circunstância, o projeto deve ser revisto para valores que se possam acomodar. O projeto deve ser modelado e será adequado nessa função para que no ano de 2019 a obra possa ter o seu início.

Sobre a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, esta assembleia municipal recomendou ao órgão executivo que não seria legítimo estar a aplicar sobre o consumidor final uma receita quando deveriam ser as operadoras a fazê-lo. Neste momento há alguma indefinição sobre a interpretação daquilo que é o Orçamento de Estado e as medidas aí vertidas. Dir-me-ão é uma receita que está empolada. Em 7 000€, acho que não é por aí que o orçamento está empolado."



Sessão ordinária 17-12-2018

Claud Eso

Colocado à votação o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2019, foram aprovados por maioria com as abstenções dos membros dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marisa Fernandes, Carlos Gonçalves, Francisco Coutinho; votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos efetuou uma declaração de voto:

"Em nome do Grupo Parlamentar do partido Socialista venho apresentar uma declaração de voto.

Os eleitos pela candidatura do Partido Socialista a esta assembleia municipal de Tondela abstiveram-se na votação da proposta do Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimento e do Orçamento do Município para 2019, pelas razões seguintes:

Se é um facto que a catástrofe que atingiu o nosso concelho, bem como outros da região, sob forma de incêndios florestais, exigiu um grande empenhamento e acompanhamento do presidente da câmara e mais quatro vereadores com funções executivas. Não pondo em causa a opção tomada pela maioria da câmara no âmbito das suas competências. Também é certo que a dimensão da equipa politica com funções executivas e dos gabinetes de apoio político e técnico da câmara tem uma dimensão significativa. Daí, que não conseguimos vislumbrar a razão para que no corrente ano a execução em investimentos de capital seja tão baixa, mesmo que se tenha em conta que o caso de investimento por conta dos fundos comunitários, a Câmara esteja dependente na aprovação de terceiro. A questão de contabilizados para mais de 7 milhões de euros de receitas próprias do saldo transitado, não se entende porque é que a execução de investimento, já anteriormente programado, e que justificou o recurso a financiamento bancário que passou a execução em anos anteriores, esteja neste momento a cerca de 50%



Sessão ordinária 17-12-2018



do montante dessa receita. Daí que nos restam sérias dúvidas se esta proposta de Plano Plurianual de Investimentos e de Orçamento são exequíveis e razoáveis. Apresentar da referência no relatório do orçamento à capacidade do município para oferecer emprego, não se vislumbra um programa estruturado que leva à oferta de habitação a preços controlados que possa favorecer fixação de novos habitantes mais jovens que consigam emprego no concelho. A oferta de habitação a custos controlados é hoje um fator de competitividade dos municípios na fixação de pessoas e não pode ser deixado à livre iniciativa privada, pelas suas características não estar vocacionada para tal. Algumas medidas por nós e até de caracter simbólico, como seja a devolução de uma percentagem de IRS que é atribuída ao município ou a solução do problema do canil municipal que já hoje aqui referimos e outras que não mencionamos aqui exaustivamente por não ser o momento, nem o local, medidas que incluiríamos numa proposta, mais uma vez não são consideradas. Daí que reconhecendo a maioria o direito de governar segundo as suas opções politicas municipal, ficamos mais um ano em que esperamos que não surjam mais catástrofes no concelho, a aguardar os resultados, dando o beneficio da dúvida e a fazer a nossa avaliação no global do trabalho que venha a ser desenvolvido."

O membro Paulo Albernaz por motivos profissionais ausentou-se da sessão.

2.6. Análise, discussão e votação do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios

O senhor presidente da câmara interveio:

"Como é sabido foi aberta uma revisão do plano municipal da defesa da floresta contra incêndios para o período de 18/27. Num primeiro momento obteve a avaliação da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Foi sujeito ao parecer do ICNF, a quem compete um parecer vinculativo. Foram feitas algumas correções pontuais por solicitação do ICNF. O que, após isso, o documento regressou com parecer vinculativo favorável do ICNF, tendo indo à Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Tendo indo à reunião de câmara e agora é aqui presente. É um documento dinâmico, que tem metas, objetivos que deverão e poderão ser ajustadas em



Sessão ordinária 17-12-2018



função da própria evolução e dinâmica. Ainda há pouco referi, que as faixas de gestão junto às vias, se não forem bem solucionadas nos termos em que deveriam ser em termos legislativos, não é o plano por si as vai resolver. Mas, tem de ter propostas nesse sentido."

Não havendo intervenções, o plano foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.7 Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para 2019

O senhor presidente da câmara explicou:

"Este mapa de pessoal tem a possibilidade de poder acomodar 73 pessoas que eram considerados precários. O município de Tondela foi dos primeiros que desenvolveu esta operação da dita regularização de precários. Observe-se que não corresponde necessariamente à entrada de 73 pessoas nos quadros do município. Um conjunto significativo destas 73 pessoas, mais de 40, eram pessoas que ao longo de vários anos estavam a exercer funções em escolas, como assistentes operacionais, enquadradas num modelo e numa medida que os tornavam precários, porque a qualquer momento aquele vinculo poderia cessar. Bastaria que aquela escola deixasse de funcionar, para evocar a extinção daquela necessidade e como tal aquela pessoa era dispensada. Ora, viemos a regularizar a situação deste lote de pessoas. O segundo universo de precários eram os colaboradores pontuais que tivessem desempenhado funções em CEIS ou POC's, desde que o tivessem feito até determinado dia de maio de 2017. Ora, nesta circunstância há aqui mais um lote de pessoas com a sua vida regularizada.



Sessão ordinária 17-12-2018



Durante este ano, também foi possível abrir alguns processos concursais. Sublinho que as generalidades das câmaras, há cerca de 10 anos, não tinham condições para poder abrir vagas para os seus quadros, por razões várias, nomeadamente pela TROIKA. Em 2018, começamos a regularizar áreas que são deficitárias, nomeadamente: para o estaleiro, com 11 vagas; serviços de limpeza, com 4 lugares; escolas, com 6 lugares; tal como alguns quadros superiores. Admitimos que no arranque do próximo ano ter necessidade numa ou noutra área técnica que estamos a refletir.

Um terço dos fundos comunitários do novo quadro comunitário será associado à eficiência energética e às alterações climáticas. Temos de começar a estruturar equipas para pensarem na utilização destes recursos. Muito obrigado"

Não havendo intervenções, o mapa de pessoal para 2018 foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.8. Análise, discussão e votação da Adesão do Município de Tondela à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago

O senhor presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara:

"Este projeto envolve os municípios de Viseu, Oliveira de Frades, Vouzela, Sever do Vouga e Albergaria. O grande objetivo é ligar o caminho interior ao caminho litoral. Há uma candidatura na CIM Viseu Dão Lafões que perspetiva algumas intervenções."



Sessão ordinária 17-12-2018

Claub

O membro Agnelo Laranjeira tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:

"Adesao à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela e restante mesa

Senhor Presidente da C.M. Tondela

Senhores deputados desta Assembleia

Comunicação Social e público presente

Minhas senhoras e meus senhores

"O Caminho de Santiago" vai muito mais além do que era um caminho meramente espiritual de outrora. Trata-se, hoje, dum itinerário espiritual, sim, mas, simultaneamente, cultural, turístico, paisagístico e económico.

Ele contribui, em muito, para o desenvolvimento económico, social e ambiental de pequenas aldeias, perdidas na imensidão das montanhas.

Acredita-se que o concelho de Tondela seria atravessado, desde a Idade Média, por "atalhos", se assim o podemos dizer, provenientes de Viseu e outras terras do interior, que fariam a ligação ao caminho do litoral, passando pela vertente caramulana, Vale do Vouga, Albergaria e daí até ao Porto, Ponte de Lima, Valença e Galiza.

Ainda, hoje, fontes e pontes medievais atestam um movimento acentuado de gentes provenientes de outros sítios que atravessavam o nosso território. Em Santiago de Besteiros encontramos a Igreja Matriz, exibindo de forma expressiva, na sua fachada principal, o símbolo dos Caminhos de Santiago — a concha de vieira.

Neste contexto é cada vez mais urgente que se criem condições de segurança, de comodidade, de encaminhamento aos peregrinos que por aqui passam. caso contrário jamais os teremos por cá, nomeadamente na recuperação e conservação do nosso património, na sinalética e na construção do albergue.



Sessão ordinária 17-12-2018

Clay Siz

Acreditamos que a adesão do Município de Tondela à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago possa, definitivamente, dinamizar, promover e gerir "O Caminho" na senda do desenvolvimento dos povos que pelo caminho são cruzados.

Assim, o sentido de voto dos deputados do PSD será favorável à adesão do Município à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.

Que S. Tiago nos ajude!"

Colocado à votação, a adesão à Federação foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.9 Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o município de Tondela e a Junta de Freguesia de Tonda no âmbito da CAF

O senhor presidente interveio:

"Todos os pontos relativos a contrato interadministrativos estão explicitados com os fins a que se destinam."

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira,



Sessão ordinária 17-12-2018

Quel Q

Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.10 Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o município de Tondela e a Junta de Freguesia de Canas de Santa Maria

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.11 Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o município de Tondela e Freguesias no âmbito da CAF

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.



Sessão ordinária 17-12-2018



2.12Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o município de Tondela e a Junta de Freguesia de Tonda

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.13 Análise, discussão e votação do aditamento ao contrato de delegação de competência celebrado entre o Município de Tondela e a Associação de Freguesias da Serra do Caramulo

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.14 Análise, discussão e votação da Alteração e aditamento do Contrato; Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Desenvolvimento



Sessão ordinária 17-12-2018

Club Sa Sa

do Transporte Escolar e outros Transportes de Interesse Social, bem como apoios do Movimento Associativo Local no Concelho de Tondela

O membro Rui Santos interveio:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, membros.

Uma questão na sequência daquilo que aconteceu da primeira vez que o contrato esteve aqui. Iremos aprovar, mas continuo a ter dúvidas e é bom que todos tenham consciência que pode haver algum problema. Já está clarificada a situação dos livretes e da utilização das carrinhas? Já está revolvido o problema de quem é a competência de fazer os seguros? Estas são as questões em que tenho dúvidas, por causa de alguns problemas que possam surgir associados a esta situação. No limite pode haver a apreensão da viatura, mas as juntas de freguesia atendendo que não são proprietárias não são atingidas, só ficam sem a disponibilidade do meio. Em relação ao seguro, saber se do ponto de vista da legislação administrativa de enquadramento, as freguesias podem pagar um seguro de uma viatura que não é delas. As anteriores estavam em nome da freguesia. Aqui podem surgir implicações para os próprios membros que deliberam a decisão. Não vejo que isto seja claro no ponto de vista jurídico. Gostaria de saber se existe algum avanço nesta matéria, atendendo que foram pedidos alguns pareceres."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Para clarificar e sossegar. O seguro atualmente existente foi feito pelo município. Em 2001, quando foram adquiridas as viaturas Mercedes, elas ficaram durante algum tempo na propriedade do município e só depois é que transitaram para as juntas, tal como já o dissemos que esse é o nosso propósito. Está mais do que clarificada para nós, se determinada viatura tem uso exclusivo de crianças e jovens em idade escolar, há isenção de IA. Se assim não é, o município já instruiu o devido processo junto da AT, para essa clarificação e a haver a pagar imposto a partir de agora sobre tal operação, estaremos cá para o fazer. Se determinada instituição não tem predominantemente transporte escolar, então já se explicou à AT para que faça o devido apuramento e se faça o devido pagamento."

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera



Sessão ordinária 17-12-2018

Cleut

Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.15 Análise, discussão e votação das transferências de competências para as autarquias locais – Lei nº 50/2018 de 16 de agosto

O senhor presidente da câmara explicitou:

"Na informação que aqui vem, tinha o cuidado de explicar duas ou três questões que são importantes. A primeira é saber que dos 23 diplomas que a Lei 50/2018 prevê, neste momento há um significado número que ainda não foi produzido, em particular os dois mais sensíveis, o da educação e o da saúde. Sobre os demais não temos arrumadores de trânsito, não temos zonas costeiras. O que está, a nós pouco ou nada adianta. Há sim duas questões que tem a ver com a transferência de competências para as CIM's. Uma delas tem a ver com a captação ao modelo de investimento externo, turismo. A área da proteção civil é partilha entre a CIM e os municípios. No que diz respeito à identificação das prioridades para efeitos de investimentos de proteção civil, esse mapeamento passará a ser competências das CIM's, mas no que diz respeito ao financiamento das EIP's, essa responsabilidade está do lado dos municípios. Portanto é preciso saber com que recursos. No caso das EIP's, que é uma equipa de 5 homens que faz 8 horas por dia, 5 dias por semana, que estão disponíveis em determinada área logística para aquilo que são consideradas as primeiras intervenções. Temos uma EIP em Tondela, da qual 50% deste custo é suportado pelo município e outro tanto pela ANPC. E, não deixo de dizer, que no próximo dia 19, estarei em Leiria para assinar o contrato da EIP de Campo de Besteiros. É preciso clarificar como é que isto vai funcionar. Nós não temos nenhuma reserva sobre delegação de competências, desde que isso corresponda a uma efetiva descentralização,



Sessão ordinária 17-12-2018

Clert 52 Br

em que o poder de decisão esteja espelhado, sem nunca se perder de vista a responsabilidade de monitorizar o que se faz.

Agora, se descentralizar é uma mera operação administrativa em que os salários em vez de serem pagos pela administração central descem à esfera da administração local, isso não é preciso. É preciso demonstrar-se da viabilidade económica dessa solução e que ela presta melhor serviço para as populações e que se trouxer mais custos esses custos têm de estar demonstrados em que é que se refletem.

No caso em concreto, o que está dito nestas Portarias é que se determinado município não se pronunciar no prazo de 60 dias após a entrada em vigor do diploma, a transferência é automática. E, julgo eu, ser sensato, sem conhecermos o desenvolvimento destas peças, sem estarem demonstradas as condições económico-financeiras da racionalidade e em particular sem conhecermos esses dois pilares tão importantes, a saúde e a educação. Não temos nada contra a descentralização, pelo contrário, sempre estimulamos o processo que da descentralização resulte maior proximidade entre os decisores e os eleitos. Agora, como está não há clarividência sobre as opções a seguir."

O membro João Carlos Figueiredo interveio, de seguida:

"Senhor presidente, senhores deputados.

O governo da geringonça em finais de 2015, quando tomou posse, tinha apresentado a descentralização, verdadeiramente, como a pedra angular da reforma do estado. Até agora alguns diplomas têm vindo a ser publicados, como já referiu o senhor presidente da câmara. Mas, também, é verdade que até agora não conseguiu cumprir nenhum prazo com o que se tinha comprometido. Continua a faltar o mais importante e que vai permitir receber competências nas áreas nucleares da atuação política local, como seja a educação, a saúde e a ação social. Estou a referir-me à nova lei das finanças locais que carece de aprofundamento, nomeadamente os montantes necessários para por em prática a descentralização. Sem esse instrumento de atuação, a descentralização corre o risco de ficar pelas intenções, como tão bem estamos habituados nos governos socialistas."

Seguidamente, o membro Rui Santos interveio:



Sessão ordinária 17-12-2018

Cant Sold

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, restantes membros, presentes.

Vamos votar favoravelmente a proposta para não aceitar as competências.

Mas, do meu ponto de vista e faço-o a titulo individual. Para além de algumas razões já aqui evocadas, alguns que eu concordo, mas há outras que não será exatamente assim. Quando se avançar neste sistema haverá sempre coisas que são satisfatórias e outras não, toda a gente sabe que isso será assim. O meu problema e de fundo e maior. Tenho muitas dúvidas, sendo eu um claro defensor do princípio da subsidiariedade, que inclui obviamente questões de descentralização de competências, tenho as minhas dúvidas, se a forma como se pretende organizar a estrutura da administração central e local, pode funcionar razoavelmente sem estruturas intermédias de associação e coordenação e que sejam efetivamente politicamente representativas de forma clara. Nomeadamente com uma questão que para mim é imprescindível, quando isto se fizer, que é uma mudança do enquadramento legal que rege a administração local e as outras administrações. Neste momento, é preciso que se encontre uma solução que equilibre o poder representativo que está obviamente em grande parte mais representado nas assembleias em relação as competências que está localizada em órgãos executivos mais fechados. Isso é fundamental para a estabilização dos princípios da democracia. Como esta questão não está feita, mantenho muitas reservas e seja em que condições for individualmente manterei sempre a minha posição de dúvida. Neste momento acho que de facto, ainda que haja alguma negociação com são as questões de educação e da saúde, com previsão de questões faseadas e de aplicação, que tem a ver com os inícios dos anos letivos, num caso. Mas, do meu ponto de vista estou claramente de acordo que esta questão está excessivamente no ar para que neste momento seja votada."

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a proposta da Câmara que foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria



Sessão ordinária 17-12-2018

Claut

Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

Deste modo, a transferência de competências para as autarquias locais, ao abrigo da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, foi rejeitada.

O membro João Carlos Figueiredo efetuou uma declaração de voto:

"O facto de aceitarmos a declaração da câmara não é que não sejamos contra a descentralização. Somos é contra o facto de não sabermos quais são as condições financeiras que possibilitam essa mesma descentralização."

2.16 Eleições de dois cidadãos para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tondela

O membro João Carlos Figueiredo interveio:

"Dois cidadãos propostos pela bancada do PSD e designados aquando do ato eletivo para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tondela, João Paulo Tavares e José Carlos Coimbra, pediram a sua desvinculação. Daí nós estabelecemos contacto quer com o senhor deputado Rui Santos, quer com o senhor deputado Abílio dos Santos no sentido de indicarmos dois cidadãos afetos à bancada do PSD para essa substituição. Indicamos Cristiana Ferreira e Regina Coimbra."

Colocada à votação, as cidadãs: Cristiana Ferreira e Regina Coimbra foram eleitas para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tondela, com 27 votos a favor e 7 votos em branco.

2.17. Análise, discussão e votação da colocação de sinalização rodoviária no Concelho

Não houve intervenções.

Colocada à votação a proposta de colocação de sinalização rodoviária no concelho foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José



Sessão ordinária 17-12-2018

Q for

Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.18. Outros assuntos de interesse para o concelho

O membro Marta Marques continuou os trabalhos com a intervenção que se transcreve:

"Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente, da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

O assunto que me traz aqui, neste ponto da Ordem do Dia prende-se com uma situação para a qual fui alertada e que se passa no Cemitério Municipal de Tondela. Para dar cumprimento ao disposto no Regulamento do Cemitério a incineração dos restos cemiteriais e ossadas tem de ser realizada dentro do recinto do mesmo é promovida pelos serviços do cemitério. É aqui que o problema surge e por isso, estou aqui para pedir alguns esclarecimentos.

Tem conhecimento que a incineração de restos cemiteriais e exumações promovida pelos serviços é realizada num talhão destinado à inumação de cadáveres, contíguo ao talhão n 16, onde se encontram já os restos mortais de um munícipe? Confirma que este talhão utilizado como "queimador", está normalmente tapado com chapas metálicas para evitar que alguém lá caia dentro? Tanto quanto sei esta situação ainda se mantém.

Sr. Presidente, todos conhecemos os vários constrangimentos do Cemitério Municipal, no entanto penso que deve concordar comigo que o local onde decorrem as incinerações não é de todo o mais apropriado, não só por uma questão de higiene e



Sessão ordinária 17-12-2018

Claub Br

segurança, como por uma questão de dignidade com os corpos sepultados nas imediações do local. Assim, solicito que tome as diligências necessárias para que esta situação seja rapidamente corrigida, e que a incineração seja efetuada num local mais apropriado e que não coloque em risco a segurança daqueles que visitam o Cemitério."

O membro Arménio Marques interveio:

"Senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Segundo a opinião do senhor presidente da câmara, dita há pouco, que há empresas que querer estabelecer-se cá, mas que sem haver resposta habitacional, é difícil. Fala-se muito que não há habitação, mas são as pessoas que tem casa. As pessoas que não tem casa e que querem habitação ainda vão encontrando. Como é que se fala que não há habitação e ainda há apartamentos para alugar? Estou ligado a uma empresa que gere apartamentos. O problema é não haver habitação. A grande da maioria das pessoas que vem para cá trabalhar é de povoações vizinhas ao nosso concelho, pelo que essas pessoas não vêm para cá habitar, há boas ligações e deslocam-se. Só os deslocados, aqueles que estão fora dos seus locais habitacionais é que vão querer casa.

Mas, há problemas maiores, como é o caso da EDP, atendendo que não dão respostas atempadamente às empresas de construção civil. Outro problema que existe é a demora na resposta dos processos de urbanismo.

Dos prédios que foram feitos há mais de 10anos, quando se aluga hoje um apartamento a um casal novo, as pessoas até podem ganhar pouco, mas vão querer os moveis daquela época e determinado serviço que possui à época que foi construído."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Ao longo deste ano de 2018, foram-se acumulando alguns processos de urbanismo. A equipa ficou muito descalça, mas já nos levou a tomar uma decisão que foi recrutar excecionalmente em regime de avença na área da arquitetura e dentro de dias outro na área da engenharia civil, para recuperar todos os processos que estão atrasados. O que há pouco referi sobre as habitações, foi que há muita casa devoluta, mas que não são apetecíveis para mercado de arrendamento se não forem objeto de intervenção."

Colocado à votação o voto de pesar apresentado pelo membro Rui Santos, no período antes da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos



Sessão ordinária 17-12-2018

membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Ana Miroto, Marta Marques, Mafalda Felgar, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Batista, João Dias, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Carlos Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

3-Período aberto ao público

Não houve intervenções

4-Visita à ETAR da ZIM Tondela / Adiça.

No período da tarde, com efetuada uma visita com explicação sobre o funcionamento da mesma, à ETAR da Zona Industrial da Adiça.

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente:	Coulos Cecebe	
O 1º Secretário:	Sussinday	-
O 2º Secretário:	Alliene Dry	

Exmo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipa!

Senhores Deputados Municipais

Minhas senhoras e meus senhores

Nos últimos dias de novembro, o parlamento aprovou o Orçamento de Estado para 2019.

Nada de novo quanto à sua aprovação. Era de esperar.

Afinal há muito que sabemos que os socialistas têm vindo a ceder, na mesa do orçamento, às pretensões dos bloquistas e comunistas e assim acelerando a desgraça do país.

Mas importava confirmar o que este Orçamento de Estado nos reserva.

E lá fui eu à procura.

Na pagina 15 do Relatório do OE pode ler-se: "A redução operada no deficie e na dívida pública, e a forma sólida como esta conseguida, conferem ao país uma vantagem significativa." Redução da dívida, estranhei, mas lá continuei...

Na mesma página, pode ler-se "As reformas levadas a cabo nos últimos três anos, e a consequente melhoria da solidez das nossas finanças públicas, têm-nos permitido enfrentar melhor as dificuldades." (Liponus ?

Na pagina 16 do mesmo documento lá vem mais charme: " A responsabilidade que temos para com o país e o futuro dos portugueses exige que preservemos e reforçamos a nossa solidez financeira." Que raio, pensei, tanta solidez?!!!!

Clark

E li mais atentamente. " Este Orçamento de Estado mantém a linha do rigor e da responsabilidade na gestão das finanças públicas, prevendo-se um déficie de 2,2%. Aí parei e pensei, aqui há gato!

Charles Spring

Vendo melhor percebi. O gato tinha 10 anos.

Estava a ler o Relatório de OE para 2009. E todas estas frases tão bem elaboradas, tão "cor-de-rosa" diria, acabaram num vermelho vivo com o pedido de ajuda aos credores internacionais.

Em 2009 propunham-se atingir o déficie de 2,2% Sabem qual foi aquele que foi validado pelo EuroStat para esse ano?

Foi de 9,4% Srs Deputados.

Lembro que 2009, tal como 2019, foi ano eleitoral.

Em 2019, com Centeno como presidente do Eurogrupo, o déficie não pode disparar.

Mas a divida pode. E tem aumentado

Em outubro, a dívida pública situou-se em 251,1 mil milhões de euros, aumentando 2,1 mil milhões de euros relativamente ao final de setembro.

E é neste registo que vamos!

E é neste registo que temos de analisar o OE para 20019.

Este governo, assente que está em areias ideologicamente movediças, sempre elaborou orçamentos que o preparessem para eleições. Daí que não se tenha feito nenhuma reforma estrutural, não se tenha mexido na administração pública e se tenha governado para agradar a determinados segmentos do eleitorado.

Parelamente, registamos, a questão ideológica: ausência de incentivos às empresas.

As empresas portuguesas precisam sobretudo de estabilidade fiscal. Só assim o país conseguirá atrair o investimento de que tanto necessita

Em paralelo, para as famílias existe um aumento implícito do IRS, com a ausência de atualização dos respetivos escalões bem como das deduções.

Apesar de uma forma descarada e completamente despudorado nos irem, sistematicamente, anunciando que a austeridade acabou, os pagamentos aos Estado irão aumentar com a implementação de vários impostos, tais como: tributação autónoma sobre veículos; sacos plásticos, bebidas açucaradas, crédito ao consumo; tributação dos combustíveis; isto para já não falar do aumento dos impostos sobre o tabaco e as bebidas alcoólicas.

Isto para já não falar na anunciada redução da fatura energética, através da redução da taxa do IVA sobra a potência contratada, que passou de possibilidade a mera autorização legislativa.

O OE para 2019 constituiu-se como uma desilusão. È todo ele tático, quando devia ser estratégico.

Também não admira. Ele não foi elaborada com a preocupação de preparar o país para os desafios futuros, mas para garantir a sobrevivência de um Governo que, de outra forma, não teria ele, mesmo, futuro.

Tal como em 2009 - onde os anúncios propagandísticos nos queriam fazer crer, a todos o custo, que o país estava no rumo certo - nos tempos atuais, e passados 10 anos, a campanha é a mesma, logo o resultado não será diferente. Só ainda não sabemos é o ano em que todo este embuste vai ser desmascarado.

Exmo Senhor

Presidente da Assembleia

Senhor Presidente da Câmara

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Nos últimos dias fomos, novamente, bombardeados com a máquina propagandística deste governo.

Desta vez, a propósito da reprogramação do 'Portugal 2020', quiseram passar a mensagem de que vinham aí mais 2,4 mil milhões de euros de fundos da União Europeia.

Nada mais falso.

Nesta reprogramação, não vem nem mais um cêntimo da Europa, ao contrário da ideia que o primeiro ministro quis, a todo o custo, fazer passar.

Esta reprogramação apenas efetua a reafectação dos tais 2,4 mil milhões de euros já existentes desde 2014, tendo as mesmas sido retiradas de áreas com pouca ou nenhuma execução.

Foram agora, com esta operação, canalizadas, a título de exemplo, para a formação de adultos, para uma parte do território e para a mobilidade sustentável.

Estamos a falar, repito, de transferência de verbas dentro dos Programas já existentes, sejam eles temáticos ou regionais.

Mas o que sr Primeiro Ministro não disse é que a as taxas de execução dos Fundos Comunitários são muito baixas. Desde 2014, passados 4 anos de vigência deste quadro comunitário de apoio, os valores cifram-se nos 28%. Se compararmos com o Quadro Comunitário anterior, em igual período, a taxa era, à época de 35%.

E essa baixa taxa de execução nota-se claramente nos equipamentos sociais, nas áreas de acolhimento empresarial ou nas infraestruturas cientificas, só para darmos alguns exemplos.

Uma coisa é a taxa de contratualização outra, bem diferente, é a taxa de concretização. De execução.



E essa baixa taxa de execução nota-se claramente nos equipamentos sociais, nas áreas de acolhimento empresarial ou nas infraestruturas cientificas, só para darmos alguns exemplos.

A ação de propaganda feita pelo governo é enganadora.

Como enganadora tem sido a sua governação, dando a entender que o país está melhor, fazendo-nos lembrar os anos de 2008 a 2011 quando, caminhávamos a passos largos para o abismo.

E podemos perguntar: mas a reprogramação não era necessária?

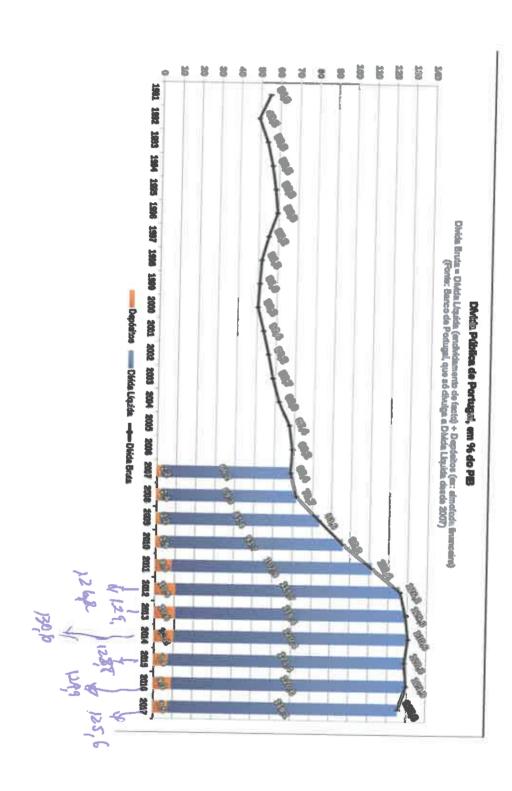
Obviamente que sim. Quanto mais não fosse para fazer face aos números tão baixos da sua execução ou para encontrar soluções, que sendo até agora da responsabilidade direta do Estado Português, passam para a alçada financeira dos apoios europeus.

Mas o que não podemos aceitar é que o primeiro ministro nos queira passar um atestado de burrice quando, descaradamente, quer fazer crer que as verbas aumentaram com a ação deste Governo.

Tal é falacioso. Como enganadora é sua atuação governativa.

Disse.

and do 2





Grupo da Assembleia Municipal de Tondela



Voto de Pesar

No passado, sábado ao início da noite, um trágico acidente com um helicóptero do Instituto Nacional de Emergência Médica roubou a vida aos seu piloto e copiloto e a um médico e uma enfermeira da equipa de emergência, quando regressavam do cumprimento de uma das suas missões, a evacuação de uma doente em estado grave do Hospital de Bragança para o Hospital de Santo António, no Porto.

A Assembleia Municipal de Tondela manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento destes abnegados membros da equipa de transporte e assistência médica durante o mesmo e apresenta as suas condolências às famílias enlutadas.

Esta Assembleia sente-se ainda pesarosa pols, para além da consideração & por todas a vítimas e seus familiares, sente de mais perto a morte do pilota João Lima, natural de Viseu e residente em Santa Comba Dão, que durante multos anos assegurou grande parte do serviço de emergência médica de evacuação de doentes na nossa zona, em especial ainda recentemente na evacuação de quelmados nas tragédias que assolaram o nosso Concelho e Região, tendo também participado em inúmeras acções de combate aos incêndios florestais.

Transmita-se este voto de pesar aos familiares das vítimas directamente, ou através dos Serviços do Instituto Nacional de Emergência Médica, nos casos de não ser possível conseguir os endereços dos familiares das vítimas.

Tondela, 17 de Dezembro de 2018.

O Grupo Parlamentar do PS

17 GOURS TANKS WITH DO CDS Aslo Rocks Se An and thereo

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela (de 27 de setembro de 2018 a 16 de dezembro de 2018)

a nexo 4
Class

Senhor Presidente da Assembiela Municipal,

1-

Gostaria de começar por introduzir um tema que ainda está longe de estar completamente estruturado e sustentado, apesar de já ter sido constituída a Lei-Quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), que estabelece a concretização da transferência de competências de forma gradual, já a partir de 2019, mediante comunicação por parte dos municípios, à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos.

Recordamos que esta Lei-Quadro prevê que os municípios aceitem gradualmente as competências a transferir do Estado central até 2021, concretizadas através de 23 diplomas de âmbito setorial, que vêm sendo publicados nas últimas semanas.

Nesta fase, impunha-se que este modelo anunciado fosse um pouco mais do que um conjunto de indicações meramente programáticas, sem grande fundamentação objetiva, resultante de estudos que permitissem atestar que é possível aumentar o grau da qualidade do serviço público e quais os custos que tal operação impõe.

Descentralizar não pode ser assumir responsabilidades que o Estado, por as entender menores, não pretende satisfazer! Descentralizar não é uma mera delegação de funções administrativas, associadas, por exemplo, ao pagamento de funcionários ou de despesas de gestão correntes.

Descentralizar é ter capacidade de decisão nas opções de gestão do município, na tomada de decisões de maior proximidade e de maior racionalidade.

Mas, para isso, é preciso que sejam disponibilizados recursos. As competências têm custos estruturais de serviço, para além de custos operacionais.

Impõe um modelo de receitas, que respeite as especificidades dos territórios, as condições de mobilidade e os custos de contexto.

Não podemos deixar de impor, exigir, como condição de partida, que para sejam equacionadas as referidas competências, que sejam avaliados e satisfeitos os recursos financeiros necessários para executar essas funções, com o grau de qualidade e de universalidade desejado.

E neste pacote, não podia deixar ainda de partilhar a minha preocupação com duas grandes áreas onde não são conhecidas evoluções, apesar de serem as duas áreas que vão exigir maior transferência de verbas. E de responsabilidades.

A título de exemplo, na área da saúde, as autarquias vão assumir competências de manutenção, conservação e equipamento das instalações de unidades de cuidados de saúde primários, bem como de gestão e execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

leut Sa

As autarquias passam também a gerir trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional das unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde (Aces) e a participar no planeamento, gestão e investimento em novas unidades de cuidados de saúde primários, incluindo construção, equipamento e manutenção.

A parceria nos programas de prevenção da doença, nos cuidados de saúde primários, saúde familiar e estilos de vida saudável e envelhecimento ativo também serão assumidos pelos municípios.

Em cada município será criada um conselho municipal de saúde, ao qual compete a coordenação da política de saúde ao nível concelhio.

Penso que não ficam dúvidas de que tais competências exigem envelopes financeiros adequados a todas estas funções.

Reafirmamos, para que não fiquem dúvidas, de que continuamos a acreditar na descentralização.

O que só nos impõe maior grau de exigência na obtenção de informação e na solidez das respostas associadas aos recursos financeiros necessários, sem osquais, poderemos embarcar na insensatez que seria catastrófica.

2-

Dito isto, gostaríamos de dar conta que a grande operação de reconstrução de habitações permanentes continua a merecer o contínuo envolvimento de vários setores do Município.

14 meses depois dos trágicos incêndios de outubro do ano passado, são mais de 50 as habitações concluídas no âmbito do Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Permanentes (PARHP).

Até 31 de dezembro teremos um grande lote de habitações concluídas naquele que é o concelho que tem o maior número de habitações permanentes em reconstrução, quer por força da grande empreitada em curso, mas também dos apoios atribuídos até 25 mil euros, que eram entregues diretamente às respetivas famílias, mediante justificação de orçamento e a devida fiscalização por parte do Município de Tondela e da CCDR-C.

Ainda há muito para fazer, mas não podíamos deixar de assinalar que continuamos a ser um exemplo neste árduo processo.

E não esquecemos as segundas habitações... No último mês criámos um sistema de apoio à reconstrução e reparação de casas de segunda habitação, atingidas pelos incêndios de outubro do ano passado, utilizando para o efeito o sistema de empréstimo operado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Estas habitações, ainda que não utilizadas permanentemente como local de residência, assumem extrema importância na dinâmica e na alma das freguesias de Tondela, constituindo uma expressiva percentagem do total das populações das aldelas do concelho.

Para acederem a estes apoios, as pessoas tiveram que demonstrar que, no ano de 2017, na totalidade ou em parte desse ano, tinham contrato ou fornecimento de energia elétrica, ainda que com consumos mais reduzidos do que numa habitação permanente.

Ao todo recebemos 33 candidaturas, sendo que as despesas das obras de valor igual ou inferior a 50 mil euros têm uma comparticipação de 50%, enquanto que as de valor superior a 50 mil euros e inferior a 75 mil euros têm comparticipação de 40%, e deste patamar até 100.000€, o apoio é de 30%.

Os apoios só são concedidos após a demonstração de que o capital próprio que a família tem que investir foi aplicado.

Apesar de todo este processo ter sido extremamente exigente, tivemos de, em simultâneo, dividir esforços com o desenvolvimento do arranque com concursos estruturais, para que nada ficasse para trás...

Todas as obras financiadas pelo Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) estão em execução ou em condições de serem adjudicadas, após os respetivos concursos.

São exemplo disso:

O saneamento a Valverde e Naia que se encontra em boa execução,

O saneamento a Molelinhos,

As redes de ligação de Caparrosa e de Fial a Caparrosinha e a ampliação da ETAR desta povoação, em execução.

A Estação Elevatória de Carvalhal e Mouraz e ligação ao Couço - adjudicada A rede água Várzea do homem - adjudicada

A ETAR ZIM Lajedo - adjudicada

A Rede de saneamento e água ao Caramulo – em fase de adjudicação, após abertura de propostas, sendo o valor de 2,3 milhões de euros.

Ao contrário do que muitos apregoam, os factos falam por si e Tondela é um dos concelhos que mais investe neste domínio do ambiente.

Claus

Ainda neste domínio, que nos é tão caro, gostaria de informar que um dos nossos objetivos a curto prazo, que visa a integração do Município de Tondela numa estrutura supramunicipal de gestão de tratamento de águas residuais, continua a ser desenvolvido com assertividade, mantendo-se o processo em análise junto da ERSAR.

Clearly O2

Como é sabido, por imposição do Governo, as candidaturas em sede de POSEUR só podem ser feitas por municípios ou agrupamentos de municípios com dimensão populacional que seja superior a 50 mil habitantes.

Tondela com cerca de 28 mil habitantes teve de unir esforços a quatro outros municípios, para a constituição de uma empresa pública intermunicipal, que possa servir de opção para garantir uma otimização de recursos técnicos, mas também o caminho, único, nas condições importas pela tutela, para garantir investimentos públicos com recurso a financiamento comunitários.

Será este o propósito da EIMAR.

3-

Neste período foram várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do Município de Tondela, com visita a várias freguesias, mas também um conjunto de reuniões com diferentes instituições e entidades, com destaque para a CCDR-C, CIM Viseu Dão Lafões, Planalto Beirão, AIRV, ARS Centro, Adices, para além de várias empresas do nosso tecido empresarial, como outras que pretendem instalar-se.

Tondela é cada vez mais um concelho apetecível para a atividade empresarial, cabendo-nos a tarefa de continuar a proporcionar as melhores condições para novas instalações.

A expansão e a requalificação das zonas industriais municipais (ZIM's) configuram um investimento de mais de 4,5 milhões de euros.

Neste cenário, encontra-se em conclusão uma das fases da ampliação e requalificação da Zona Industrial do Lajedo, com investimento acumulado superior a 1,5 milhões de euros, a que se seguirá a construção da nova ETAR e uma nova área de requalificação, onde se incluirá a via de interligação á EM 628.

Já o lançamento da empreitada de requalificação das infraestruturas da Zona Industrial de Tondela (Adiça) e respetiva ampliação, a par de novo sistema adicional de combate a eventuais incêndios, tem um investimento global bem superior a 3 milhões de euros.

Esta grande intervenção, que visa a sua requalificação e ampliação, surgiu para dar resposta à necessidade de algumas empresas que estão instaladas, de

forma a poderem aumentar a sua capacidade, mas também para que novas unidades possam vir a instalar-se.

Com esta expansão, a ZIM de Tondela passa a ocupar uma área superior a 40 hectares.

Esta, conjuntamente com a expansão seguinte, tomar-se-á a maior expansão de sempre da ZIM de Tondela, desde que foi constituída no arranque dos anos 90.

Com estes investimentos, pretende-se continuar a apostar na promoção e no desenvolvimento económico do concelho de Tondela que, dia após dia, aumenta a oferta de emprego, as exportações e o potencial regional.

O	presidente (da Câmara	Municipal	de Tondela,	José Antónie	Jesus
	B1=111100,4174114					****

Tondela, 12 de dezembro de 2018

Charts Sa



(Divisão de Economia e Finanças)

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 11 de dezembro de 2018.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Periodo:(entre 0101-2018 a 11-2-4						
200	GLASH PICAÇÃO RECENCIMORA	ASSISTA PREVINTA PORRGIDA	PROBITA COSPADA BAJAA	OFAU CE EAST (V.) O ONC AMERICAL	CESVIO PAGEAD ORALI DE EXECUÇÃO FACRÃO (172,35%)	SERTA ELECCADE NA RECEINA TOTAL
Septiment of the least			100P (24.56)	I Prestigness	TORNELLY.	ALL TOWN
- 04	Receitas Correntes	18.878.408,10	16,120,650,46	85,38%	-0,091279989	64,69%
01	MPOSTOS DIRECTOS	4.784.128,48	3.982.341,17	82,82%	-11.70%	15,90%
02	MFOSTOS INDIRECTOS	89.947,87	75.534,74	63,98%	-10.54%	0,30%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	253,289,97	236.765,10	93,46%	-1.04%	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.298,103,00	958.835,23			0,95%
08	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.843.925,52	9.363.390.88	73,86%	-20,66%	3,85%
07	VENDA DEBENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.512.721,00	1.378.038,77	86,63%	-7,99%	37,86%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	96.312,28		91,10%	-3,42%	5,53%
K DI	Retails de Sapital		125.744,57	130,56%	38,04%	0,50%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	18,518.506,05	8.797.832,55	47,51%	47.01%	35,31%
10	TRANSPERÊNCIAS DE CAPITAL	21,00	5.980,40	28478,10%	28383,58%	0,02%
12		11.052.900,68	1.269.544,66	11,49%	-83,03%	5,09%
	PASSIVOS FINANCEROS					
13	OUTRAS RECETAS CAPITAL	61.390,28	113.810,52	185,39%	90,87%	0.48%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATDAS:	1.000,00	5.302.86		1700	
16	SALDO DA GERÉNCIA ANTERIOR	7 400 404 44		530,29%	435,77%	0,02%
	TOTAL GERAL	7.403.194,11	7.403.194,11	100,00%	5,48%	29,71%
-	TO TAL GERAL	37.396.914,15	24.916.483.01	66,63%	-27,89%	100.00%



www.cm-tondela.pt

(Divisão de Economia e Finanças)

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de 66,63%, apresentando um desvio negativo face ao grau de execução de 27,89%.

Importa salientar que na rubrica de transferências de capital encontra-se prevista para o ano corrente o valor de 9.934.613,60€ referente à participação comunitária de projetos financiados e só se arrecadou o valor de 318.666,15€, representando assim um grau de execução reduzido.

Em síntese, a receita cobrada bruta atinglu, neste período, o montante total de 24.918.483,01€.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-20:8 a 11-12-20:8 WITTEREDAN DENSITRECT GAS BEST AND THE MUDEENEW A NEEDWATIATOA PARENT HERE Despesas Correntes 19 584.287.26 13.029 818,99 66.53% -27,99% 7.5 49% 0.1 Despesé com Péssoel 5.580,000,00 4,735,637,89 85.07% 12,74% 27,44% 02 Aquisição de Bens e Serviços 9.358.914,50 4.957.420,95 52,98% -19.38% 28,72% Juros Outros Ericargos 03 41.363,00 35.683,45 88,89% 16,36% 0.21% 04 Transferências, Correntes 3.983.227,76 2.770.203,14 89,55% -2.78% 16,05% Outras Despesas Correntes 635,622,00 529.873,56 83,34% 11,01% 3,07% Cesposas de Capital 17,787,726,89 4.230.084,21 23.7E% -48.55% 24,51% Aquisição de Bens de Capitel 14.233,318,61 2.540.381,25 17,85% -84,48% 14,72% 08 Transferências de Capital 2.659.013,28 951.472,64 35,78% -36,68% 5,51% 09 Activos Financeiros 108.650.00 54.281,25 49,98% -22,37% 0.31% 10 Passivos Financeiros 703.887,00 629.856,09 89,45% 17,12% 3.65% Outres Despesse de Capitel 62,858,00 64,202,08 65,53% -6,80% 0,31% TOTAL 37,372,014,15 17.259.903.20 46,18% -26,15% 100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 66,53% sendo, o grau de execução esperado 94,52%, representando um desvio negativo de 27,99%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 23,78%, o que representa um desvio negativo de 48,55%.

Município de Tondela Largo da República, 16 - 3464-001 Tondela Telef.: 232 811 110 - Fax: 232 881 120 cmtondela@mail.telepac.pt
MD007E01 Página 2



www.cm-tondela.pt

(Divisão de Economia e Finanças)

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar pagamentos a fornecedores a 30 dias.

Município de Tondela Largo da República, 16 – 3464-001 Tondela Telef.; 232 811 110 – Fax: 232 881 120 cmtondela@mail.telepac.pt

Página 3

Mauls R



www.cm-tondela.pr

(Divisão de Economia e Finanças)

3.2. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Periodo 01-01-20-8 a 11-12-20-9

GLASSIFICAÇÃO SCORONICA		CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA BOTAÇÃO CONTRIBA		ERADEL FREGISES OF CONTROVINSE	
CAU	The same of the same			Now has	
	Despesas Correntes	19.584.287.26	17.465.982.55	89.18%	
01	Despesas com Pessoal	5.566.960,00	5.348.936,79	96,08%	
02	Aquisição de Bens e Serviços	9.356.914,50	7.813.663,24	83,51%	
03	Juros Outros Encargos	41.363,00 36.788,36			
04	Transferências Correntes	3.983.227,76	3.643.716,47	88,94%	
06 Outras Despesas Correntes		635.822,00	622.877,69	91,48%	
	Despesas de Capital	17.787.726,89	7.959.454,12	97,96%	
07	Aquisição de Bens de Capital	14.233.318,61	A 100 CO	44,80%	
08	Transferências de Capital	2.659.013,28	4.893.042,84	34,38%	
09	Activos Financeiros		2.181.562,51	82,04%	
10		108.650,00	108.582,50	99,92%	
_	Passivos Financeiros	703.887,00	703.485,05	99,94%	
11	Outras Despesas de Capital	82.858,00	82.821,42	99,96%	
	TOTAL	37.372.014.15	25.435.436,67	68,06%	

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, já comprometemos 89,18% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução encontra-se nos 44,80%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se a na ordem dos 68%.

Município de Tondela Largo da República, 16 – 3464-001 Tondela Telef.: 232 811 110 – Fax: 232 881 120 cmtondela@mail.telepac.pt

Página 4

Clark



www.cm-tondela.pt

(Divisão de Economia e Finanças)



3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e nº 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo. 9.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2017, na reunião do dia 28 de novembro de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos piurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;
- b) Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;
- c) Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.



www.cm-tondelo.pt

(Divisão de Economia e Finanças)

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre a data do último reporte (21-09-2018) e do presente relatório (11-12-2018).

COMPROVISSOS PLURIANDAIS ASSUMIDI	05 OF 24/09/	2015 A 11/17/	2011	
Descrição sumária do compromisso plurianual	2019	2020	12021	2011
Empreitada de Rede de Água a Várzea do Homem	79.583.52	VA COLUMN TO STATE OF THE PARTY	2021	Seguinte
Protocolo Colaboração Apolo Transportes Alunos Fraguesia Lajeosa do Dão e Ferreirós do Dão para a Escola E82,3 Lajeosa	25.440,004			
2018/2019	12.465,17			
Contrato Fornecimento Refeições Escolares J.I. e 1º Cicio ano letivo 2018/2019	20.964,96 €		\Box	
Contrato Fornecimento Refeições Escolares J.I. e 1º Cicio ano letivo 2018/2019	5.772,38 €		\Box	
Contrato Fornecimento Refeições Escolares J.I. e 1º Ciclo ano letivo 2018/2019	31.539,32 €			
Contrato Fornecimento Refeições Escolares J.I. e 1º Ciclo ano letivo 2018/2019	8.090,36 €		\vdash	
Contrato Fornecimento Refeições Escolares J.I. e 1º Ciclo ano letivo 2018/2019	7.901,75€		\Box	
Contrato Fornecimento Refeições Escolares J.I. e 1º Ciclo ano letivo 2018/2019	23.657,02€			
Contrato Fornecimento Refeições Escolares J.I. e 1º Ciclo ano letivo 2018/2019	11.909,05 €			
Protocolo Colaboração ambito Projeto Natação para Todos Época 2018/2019	55.440,90 €			
Contrato Prestação Serviços Coordenação e Monitorização tividades expressão musical alunos 1º Ciclo concelho Tondela	7.695,00€			
ontrato Ligação Internet e Telefone J.I. Sabugosa	224,28 €	205,59€		
mpreitada Reabilitação Extensão Saúde Campo Besteiros	134.764,40 €			
ontrato Fornecimento Gasóleo Aquecimento Instalações Escolares no letivo 2018/2019	7.659,80€			
quisição Energia Elétrica abrigo Acordo Quadro CPI 06/2017 - Istalações BT, TN e MT - Edificios Públicos	530.721,73 €	176.903,17€		
guisição Energia Elétrica abrigo Acordo Quadro CPI 06/2017 - stalações BT, TN e MT - Iluminação Pública	765.449,74 €	255.133,63 €	\top	\neg
npreitada Construção ETAR ZIM Lajedo	636.158,66 €	106.026,45€		<u> </u>
ontrato Ligação Internet e Telefone J.I. S.M. Outeiro	224,28€	205,59€	-	=



www.cm-tondela.pt

(Divisão de Economia e Finanças)



4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 345 dias do ano de 2018, poderemos concluir que o indicador da recelta e da despesa se encontram abaixo do padrão, sallentando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamentai para um período inferior a doze meses.

Tondela, 11 de dezembro de 2018

A Chefe de Divisão de Fonomia e Finanças,

ando 6

Sr. Presidente da Assembleia Municpal e restantes membros da mesa

Sr. Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores

Srs. Deputados

Comunicação social

Minhas senhoras e meus senhores,

No seu artigo 1º a Lei n.º 27/2016 de 23 de agosto aprovou medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária, e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a sua esterilização.

No seu artigo 2.º o Governo, em colaboração com as autarquias locais, compromete-se a promover a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais que deve responder às necessidades de construção e modernização destas estruturas, com vista à sua melhoria global, dando prioridade às instalações e meios mais degradados, obsoletos ou insuficientes.

Ainda no artigo 3.º se obrigam os CROA a divulgar ao público, de forma adequada e regular, os animais disponíveis para adoção, nomeadamente através de plataforma informática.

No seu artigo 5.º relativo ao período transitório os centros de recolha oficial de animais dispunham do prazo de dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente lei, para proceder à implementação destas disposições.

Após estas considerações e tendo as mesmasta presentes vimos deste modo solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça esta Assembleia Municipal acerca do Plano da Autarquia relativamente à execução de um projeto de modernização das infraestruras e dos procedimentos acima referidos de acordo com as exigências impostas por esta lei.

Com os valores agora conhecidos em sede de Orçamento e que lhe estão destinados achamos não ser ainda no próximo ano que Tondela terá serviços veterinários municipais modernizados assim como um centro de recolha oficial de animais errantes onde os mesmos possam ser alojados, esterilizados e adotados com condições que possam ser conciliáveis com o concelho de sucesso que tanto se apregoa nesta Assembleia.

Tondela, 17 de dezembro de 2018